



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG - CONCURSO PÚBLICO

### DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

#### I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital nº 02, de 09 de agosto de 2024**.

#### RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
200120000873	Hugo Rodrigues	Agente Administrativo
200120002991	Rafaela Reis Cosenza	Agente Administrativo
200120003143	Elinaia Edna De Oliveira Tolentino	Agente Administrativo
200120003802	Yasmin Da Matta Cordeiro	Agente Administrativo
200120000448	Bianca De Laet Duarte Almeida Rosa	Assistente Social
200120000554	Amanda Albino Alves	Assistente Social
200120001434	Renata Vieira De Souza Silva	Assistente Social
200120004986	Michele Olímpio Bernardo	Assistente Social
200120001216	Lenyze Gomes Da Silva	Auxiliar de Consultório Dentário
200120000034	Diego Gomes Câmara Senra	Auxiliar de Escrituração
200120000925	Liliane Maria Da Silva	Auxiliar de Escrituração
200120000984	Francis Oliveira Schwenck	Auxiliar de Escrituração
200120001721	Grazielle Silva Ribeiro	Auxiliar de Escrituração
200120002640	Ana Júlia Brandão De Faria	Auxiliar de Escrituração
200120002745	Abimael Fernandes Borges	Auxiliar de Escrituração
200120004354	Reginaldo Barreto Nolasco De Souza	Auxiliar de Escrituração
200120000739	Danielle Toledo Maciel	Auxiliar de Serviços Públicos
200120001803	Maraiza Muzy Henriques Walberto	Auxiliar de Serviços Públicos
200120000485	Thais Damas Pereira	Farmacêutico

200120002189	Cristiane Carlos De Oliveira Diniz	Farmacêutico
200120003219	Rodrigo Sousa Leite	Farmacêutico
200120000509	Joao Gabriel Bon Frauches Oliveira	Fiscal de Posturas
200120001680	Daniela Das Gracias Lopes Ferreira	Médico da ESF
200120002047	Warllon De Souza Barcellos	Médico da ESF
200120002280	Virgínia De Barros Mazotto	Médico da ESF
200120002421	Victor Barbosa Garcia	Médico da ESF
200120002755	Douglen De Oliveira Resende	Médico da ESF
200120002760	Filipe Coimbra Ribeiro Lima	Médico da ESF
200120003374	Andre Lucas Silva De Paula	Médico da ESF
200120000017	Mayara Morais Da Silva	Monitor Escolar
200120001245	Elaine Miranda Machado	Monitor Escolar
200120003243	Almir Bretas De Moraes	Motorista
200120000035	Rita De Cássia Coelho Final	Pedagogo
200120000314	Sulamita Gomes Oliveira	Pedagogo
200120000361	Lívia Kethrenyn Silva Campos	Pedagogo
200120000404	Juan Filipe Alves Rodrigues	Pedagogo
200120000461	Fernanda Brasil Barbosa	Pedagogo
200120000638	Klauna Maria Senra Gomes	Pedagogo
200120000666	Daniela Martins Sampaio	Pedagogo
200120001655	Rafaela Ribas Abreu	Pedagogo
200120002120	Stefanie Valente De Almeida	Pedagogo
200120002292	Andresa Cristófore Guimarães	Pedagogo
200120002547	Dayana Inácio Alves	Pedagogo
200120002560	Silvânia Reis De Abreu	Pedagogo
200120002566	Rosimar Silva Roriz	Pedagogo
200120002694	Taina Pereira Nunes	Pedagogo
200120002752	Gleicimara Do Sacramento Isidoro	Pedagogo
200120003174	Carolina Bastos Areal	Pedagogo
200120003898	Nancy Cherigath Romero Paula	Pedagogo
200120005113	Monique Nogueira Silva	Pedagogo
200120000027	Mayara Morais Da Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000031	Rita De Cássia Coelho Final	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000187	Rannielly Fernandes Couto	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000232	Karina Chempe Fonseca	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000246	Thays Nascimento Ferreira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000312	Sulamita Gomes Oliveira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000360	Lívia Kethrenyn Silva Campos	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) -

		Professor I
200120000405	Juan Filipe Alves Rodrigues	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000633	Isadora Souza	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000665	Daniela Martins Sampaio	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120000670	Larissa Da Silva Soares Costa	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001140	Daiana Dos Santos Loubach	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001244	Elaine Miranda Machado	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001378	Ana Maria Ventura Alberici	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001512	Suelen De Fátima Machado	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001564	Cláudia Lopes Batista	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001595	Lucirene Marquete Da Cruz	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001611	Amanda Neves Esteves	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001654	Rafaela Ribas Abreu	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001816	Tays Rodrigues Da Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001859	Soraya Cristina Resende Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001860	Kamyla Siqueira De Oliveira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120001937	Daniela Viana Mantesco	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002124	Stefanie Valente De Almeida	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002142	Angélica Dias Lazzaroni	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002188	Miriam Rosa Durão Vieira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002197	Aline De Souza Coelho	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002290	Andresa Cristófore Guimarães	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002293	Suelen Peixoto Dos Santos	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002313	Gabriely Loze Grossi	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) -

		Professor I
200120002460	Fernanda Alexandra Amorim	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002559	Silvânia Reis De Abreu	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002568	Rosimar Silva Roriz	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002604	Vanessa Braga Alves	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002623	Meire Lucia Martins De Sousa	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002643	Marcia Lucia De Souza Martins Borges	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002695	Taina Pereira Nunes	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002750	Gleicimara Do Sacramento Isidoro	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002788	Millaine Cherigati Bandoli Pittize Ribeiro	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120002803	Tamiris Rodrigues Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003285	Graziela Casute De Souza	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003533	Shirley Ricardo Da Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003628	Samec Soares Mafra	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003641	Nathalia Muller Ventura	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003833	Glerinalva Deliceria De Sousa	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120003868	Ana Paula Alves Costa	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004037	Elizangela Oliveira Dos Reis Santos	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004322	Lorrana Marinho Pereira Santana	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004402	Barbara Estefani De Oliveira Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004676	Pabline Ferreira Pimentel	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004936	Maria Izabel Braga Viana Rodrigues	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120004994	Aline Pacheco Oliveira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) - Professor I
200120005004	Lorraine Vieira Gomes De Freitas	Professor de Educação Infantil e Fundamental (1° ao 5° ano) -

		Professor I
200120001764	Sergio Henrique Avelino Da Silva	Professor de Educação Infantil e Fundamental (6° ao 9° ano) - Professor II
200120003474	Carlos Eduardo Peixoto Pereira	Professor de Educação Infantil e Fundamental (6° ao 9° ano) - Professor II
200120003688	Beatriz De Moraes Andrade	Professor de Educação Infantil e Fundamental (6° ao 9° ano) - Professor II
200120000440	Pedro Henrique De Souza Macedo	Psicólogo
200120002530	Kendysom Campos De Castro	Psicólogo
200120004639	Mirela Olimpio Bernardo	Psicólogo
200120001186	Rosana Soares De Oliveira	Servente Escolar
200120003248	Kelly De Souza Reis	Servente Escolar
200120004792	Bruna Do Carmo Chaves	Servente Escolar
200120005101	Wanderson Vasconcelos Martins Vieira	Servente Escolar
200120000233	Jessica Soares Oliveira	Técnico em Enfermagem
200120002275	Karina Ferreira Amorim	Técnico em Enfermagem
200120002924	Pedro Luiz Reis	Técnico em Enfermagem

**II**  
**DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Agente Administrativo**

**Tipo 1 - BRANCA**

**2**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Expor uma crítica é um processo de avaliação de ideias, informações, pontos de vista ou argumentos, de forma cuidadosa e objetiva. O objetivo é ir além da superfície, questionar, examinar e refletir sobre as informações apresentadas, para desenvolver, assim, uma visão mais informada e uma compreensão mais profunda. O texto em questão expõe uma crítica ao tratar da invisibilidade social vivenciada pelos meninos de rua.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>9</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O pretérito imperfeito do subjuntivo é um tempo verbal que indica um fato do passado que ocorreu após outro, ou que pode expressar desejos, incertezas, dúvidas, probabilidades ou sentimentos. Encontram-se no modo indicativo as seguintes transcrições: “O menino de rua estraga nossas memórias” (presente do indicativo); “Eu preferia que ele não viesse” (futuro do pretérito do indicativo); e “Antigamente não o víamos, [...]” (pretérito imperfeito do indicativo). Em “Se pudéssemos traçar uma linha reta de cada olhar do menino mendigo, [...]”, a ação verbal se encontra no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

Fonte:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:  
35 cestas vendidas + 1 cesta ganha = 36 → O ciclo se repete sempre que atinge 36 cestas.

1344 | 36  
-108 37 → Ciclos completos  
264  
-252  
12 → Resto (Ciclo incompleto)

Ou seja, ele conseguiu adquirir 37 cestas.

Fontes:

- COPI, Irving M.; COHEN, Carl. *Introdução à Lógica*. Editora LTC, 2010
- RESNICK, Robert. *Lógica e Filosofia: Um Guia para o Pensamento Crítico*. Editora Campus, 2003
- LEMOS, Guilherme de Almeida. *Lógica Formal e Filosofia da Lógica*. Editora Vozes, 2002
- HUNTER, Geoffrey. *Lógica: Métodos e Fundamentos*. Editora UNESP, 1995
- MENDELSON, Elliott. *Introdução à Lógica Matemática*. Editora Elsevier, 2009

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>16</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão impugnada aborda o funcionamento do Poder Legislativo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Carangola/MG.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que há mais de uma resposta adequada, eis que, conforme aduz, a alternativa A também está correta, na medida em que, com base no princípio da eficiência, matérias de urgência podem ser deliberadas em sessões extraordinárias, mesmo fora da pauta, quando justificadas e voltadas ao interesse público. Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Isso porque a Lei Orgânica do Município de Carangola/MG, em seu art. 18, § 4º, estabelece de forma expressa e inequívoca que, na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente poderá deliberar sobre a matéria para a qual foi convocada. Note-se:

“Art. 18 - A Câmara Municipal de Carangola, reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º (primeiro) de fevereiro a 15 (quinze) de julho e 1º (primeiro) de agosto a 20 (vinte) de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara, para o compromisso e posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 38, V, desta Lei Orgânica.

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.”

Não há qualquer ressalva ou exceção no dispositivo legal que permita a deliberação de matérias urgentes que não constem na convocação, mesmo que se alegue interesse público relevante ou omissão prejudicial.

Além disso, a tese recursal fundamentada no "princípio da eficiência" na gestão pública não encontra respaldo legal, uma vez que o art. 18, § 4º, da Lei Orgânica prevalece como norma específica que disciplina o funcionamento das sessões extraordinárias.

O ordenamento jurídico municipal deve ser respeitado, não havendo margem para interpretações que contrariem o texto normativo expresso.

Dessa forma, verifica-se que a alternativa A está incorreta, pois contraria diretamente o disposto no art. 18, § 4º, da Lei Orgânica do Município de Carangola/MG.

Logo, não há que se falar em mais de uma resposta adequada, pois apenas a alternativa D soluciona corretamente a questão impugnada.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão impugnada aborda a licença à gestante, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.933, de 18 de setembro de 1995, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que houve erro na divulgação do gabarito, eis que, conforme aduz, a única alternativa correta é a B, por estar de acordo com a disposição inscrita no artigo 96 da referida Lei Municipal, e, portanto, o gabarito deve ser alterado ou a questão deve ser anulada.

Contudo, as alegações recursais não merecem prosperar.

Isso porque o dispositivo transcrito nas razões recursais teve nova redação, dada pela Lei Municipal nº 4.302, de 2 de maio de 2011, e o texto apresentado como fundamento do recurso não corresponde ao que atualmente consta na legislação municipal.

Com a alteração legislativa, o art. 96 passou a prever um período de licença à gestante de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, e não mais de 120 (cento e vinte) dias. Além disso, foram incluídas disposições sobre a possibilidade de concessão antecipada de licença a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores à data prevista para o parto, mediante perícia médica.

Segue abaixo a transcrição da redação original do art. 96 e da nova redação dada pela Lei Municipal nº 4.302/2011:

REDAÇÃO ORIGINAL (antes da Lei Municipal nº 4.302/2011)	REDAÇÃO VIGENTE (após a Lei Municipal nº 4.302/2011)
Art. 96 - Será concedida licença à funcionária gestante por 120 (cento e vinte dias) consecutivos, sem prejuízo da remuneração.	Art. 96 – À servidora efetiva gestante é assegurada licença para repouso pelo período de <u>180 (cento e oitenta) dias</u> consecutivos, a partir da data de nascimento da criança, mediante apresentação da certidão de nascimento.
§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do 9ª (nono) mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.	§ 1º - A licença poderá ser concedida a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores à data do parto, mediante perícia médica, podendo ocorrer, no caso de parto antecipado, a partir da 23ª (vigésima terceira) semana de gestação.
§ 2º - No caso de nascimento prematuro a licença terá início a partir do parto.	§ 2º - No caso de natimorto ou aborto, será devida licença para tratar de saúde mediante perícia médica.
§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a funcionária será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.	§ 3º - A critério da perícia médica, é assegurado à gestante licença para tratar de saúde antes do parto.
§ 4º - No caso de aborto, atestado por médico oficial, a funcionaria terá direito a 30 (trinta) dias de dias de repouso remunerado.	§ 4º - Em caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.
_____	§ 5º - Estando a gestante usufruindo férias ou licença-prêmio quando da ocorrência do parto, a mesma será interrompida, e o período restante deverá ter o usufruto iniciado no mesmo exercício e término da licença para repouso.

Dessa forma, verifica-se que a alternativa D está em perfeita conformidade com a atual redação do art. 96 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG, enquanto a alternativa B baseia-se em um texto normativo revogado.

Logo, não há que se falar em erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta, pois a alternativa D soluciona corretamente a questão impugnada e as demais alternativas estão incorretas.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso e mantém-se o gabarito divulgado.

**Tipo 1 - BRANCA**

**27**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra B. Apesar de similares em muitos aspectos, as chamadas tecnologias imersivas representadas pela realidade aumentada (RA), realidade virtual (RV) e realidade mista (RM) possuem diferenças importantes em sua proposta. A mais famosa delas é a realidade virtual, muito por conta do forte simbolismo representado pelos óculos especiais necessários para uso dessa tecnologia. Apesar disso, a mais acessível, escalável e que deverá se tornar cada vez mais popular é a realidade aumentada, por demandar do usuário apenas um smartphone para ter acesso, algo que 60% da população brasileira já possui. Já a realidade mista é a menos conhecida e pode ser considerada uma mistura entre RA e RV e seu acesso é realizado por meio de equipamentos especiais como os óculos HoloLens, da Microsoft. A Realidade Aumentada (RA) se tornou popular no mundo todo a partir da febre causada pelo fenômeno Pokémon GO, aplicação mais conhecida de realidade aumentada. Diferente da RV, a realidade aumentada é uma tecnologia que insere elementos virtuais em ambientes reais, tais como imagens, vídeos, objetos 3D, games, links externos e etc. Para acessar, basta ter um smartphone ou tablet compatível com aplicações RA, ou ainda por meio de óculos especiais, que devem começar a chegar com mais intensidade ao mercado a partir do próximo ano.

A Realidade Mista (RM)- Onde a RM se encaixa no espectro das tecnologias imersivas? Um ambiente de realidade mista vai um passo além da realidade aumentada, pois os usuários podem interagir com objetos virtuais como se eles fossem parte do mundo real, dispensando a intermediação de uma tela de smartphone ou tablet. Para experimentar essa tecnologia é necessário o uso de um headset MR que possibilita interação com hologramas 3D e faz reconhecimento de gestos, olhares e sons por meio de controladores de movimento e fones de ouvido RM. O poder de processamento dos equipamentos precisa ser muito maior que os utilizados para realidade virtual ou aumentada, devido à sua maior complexidade operacional. Por ser a mais jovem da família das tecnologias imersivas, a realidade mista ainda se mostra pouco conhecida no mercado. No entanto, algumas empresas de diferentes setores e portes já investiram em projetos dessa natureza. A Ford, por exemplo, já usa a RM para criar e testar protótipos de veículos futuros, em vez de fazer modelos reais que são muito mais caros e demorados para desenvolver.

Simplificando, a diferença entre realidade virtual, aumentada e mista é:

Fontes:

- <https://olhardigital.com.br/2024/09/27/carros-e-tecnologia/google-investe-em-realidade-aumentada-para-paineis-de-carros-e-avioes/>
- <https://www.meioemensagem.com.br/proxima/arquivo/how-to/qual-e-a-diferenca-entre-realidade-aumentada-virtual-e-mista?>
- <https://www.iberdrola.com/inovacao/o-que-e-realidade-aumentada>
- <https://www.sap.com/brazil/products/scm/industry-4-0/what-is-augmented-reality>

**Cargo: Assistente Social**

**Tipo 1 - BRANCA**

**13**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No pior dos casos, pode-se escolher os marcadores de forma que nenhum par de números consecutivos seja selecionado. Isso significa que poderiam ser escolhidos, no máximo, todos os números ímpares ou todos os números pares. Como há 65 marcadores (numerados de 1 a 65), 33 são ímpares e 32 são pares. Assim, é possível escolher exatamente os 33 números ímpares e nenhum par de números consecutivos será selecionado. Portanto, a partir de 34 marcadores, é garantido que pelo menos dois deles serão consecutivos.

**Tipo 1 - BRANCA**

**19**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão trata sobre as atribuições privativas da Câmara dos Vereadores previstas na Lei Orgânica do Município de Carangola/MG, para sua resolução se faz necessário o conhecimento do artigo 37 da referida lei, que dispõe um rol exemplificativo das atribuições que são de competência privativa da Câmara dos Vereadores.

Realizando uma análise das afirmativas proposta no enunciado da questão com o rol das atribuições previstas no artigo 37 da lei, podemos constatar que apenas as afirmativas “I - Conceder licença ao Prefeito” e “IV - Julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da lei” estão corretas.

As afirmativas reproduzem exatamente os termos previsto no artigo 37, da referida lei, mais precisamente nos incisos V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores e inciso VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta (60) dias do seu recebimento respectivamente.

O fato da afirmativa “I - Conceder licença ao Prefeito”, previsto no enunciado, não apresentar o rol completo de agentes previsto na lei, não o torna incorreto, já que momento algum, a afirmativa restringiu a concessão de licença apenas a figura do prefeito utilizando como exemplo os termo somente ou exclusivamente, dentre outros, apenas o utilizou como exemplo dentre os agentes previstos na lei.

Por sua vez, as afirmativas “II – Representar o Município em juízo e fora dele” e “III – Decretar situação de emergência ou de estado de calamidade pública”, tratam de atribuições do Prefeito Municipal, prevista no artigo 71, inciso II e XXXVI, respectivamente da referida lei, restando claramente incorretas as afirmativas.

Mantendo como única alternativa correta, o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- CARANGOLA. Lei Orgânica do Município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/lei-organica>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

### Recurso Procedente. Questão Anulada.

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-5edicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_gui\\_bolso.pdf](https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf)

### Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com informações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Carangola está inserido na mesorregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais.

Além disso, conforme os Dados do Município disponibilizados pela Câmara Municipal de Carangola, o município faz fronteira com importantes cidades da região, como Fervedouro, Divino, Tombos, Espera Feliz, Orizânia e Santana do Manhuaçu.

As informações apresentadas foram baseadas exclusivamente em fontes oficiais, garantindo a precisão e a confiabilidade dos dados. As referências consultadas incluem:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

A plataforma oficial do IBGE é amplamente reconhecida como a principal referência para dados demográficos, econômicos e sociais no Brasil. Acesse diretamente as informações atualizadas sobre o município de Carangola em:

IBGE - Panorama de Carangola:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>

Câmara Municipal de Carangola:

O site oficial da Câmara Municipal é uma fonte institucional que oferece dados complementares sobre o município.

Consulte detalhes adicionais sobre Carangola em:

Câmara Municipal de Carangola - Dados do Município:

<https://camaracarangola.mg.gov.br/a-cidade/dados-do-municipio>

Essas fontes asseguram que as informações apresentadas são respaldadas por instituições confiáveis e representam dados oficiais.

### Cargo: Auxiliar de Escrituração

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

3
---

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A expressão “assim como”, considerando o contexto em que se encontra empregada, expressa uma comparação. Dessa forma, somente poderá ser substituída, sem prejuízo semântico, por: do mesmo modo que; da mesma maneira que; da mesma forma que.

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

8
---

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Crase é a contração da preposição a com outro a, que pode ser artigo definido ou pronome demonstrativo (aquela, aquele, aquilo). É indicada pelo acento grave. Como regra geral, só se usa crase antes de palavras femininas. A exceção são os pronomes demonstrativos “aquele” e “aquilo”. Dentre os casos de uso obrigatório da crase está quando há exigência da preposição pelo termo regente e admissão do artigo pelo termo regido. É o que ocorre em “presa às costelas”. O nome “presa” exige a preposição em sua regência nominal e “costelas” admite o artigo “a” seguido de “s”.

Fonte:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Observe os trechos literais: Tanto as aves carneiras quanto ele se valem dos próprios sentidos para encontrar os mortos, e ambas as espécies sobrevivem desses restos não reclamados” (1º§); “Edgar já viu algumas criaturas nascerem mortas, outras, morrerem horas depois” (2º§); “Não importa o que faça, seja o bem, seja o mal, ele deixará de existir” (2º§); “Apanha um galho de árvore caído no chão e cutuca a colmeia, mesmo sabendo que é perigoso” (3º§); “Diferente do que imaginou, não está podre” (3º§). Indiferença é um estado emocional que se caracteriza pela falta de interesse, preocupação ou entusiasmo em relação a pessoas, eventos ou situações. Qualidade de quem não demonstra preocupações e se comporta de forma apática diante dessa coisa ou pessoa. Através dos trechos citados, conclui-se que a autora do texto trata sobre um tema universal que é a indiferença, ou seja, insensibilidade, desinteresse, desprendimento, despreensão.

Fonte:

- O próprio texto.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

Funcionários	Dias	Horas/Dia	Produção
20	5	6	625
x	6	8	1500
	Inversamente Proporcional	Inversamente Proporcional	Diretamente Proporcional

$$\begin{array}{r} 20 = \cancel{6} \cdot 8 \cdot \cancel{625} \\ x \quad 5 \quad \cancel{1500} \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 20 = 8 \cdot \cancel{625} \\ x \quad \cancel{5} \quad 1500 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 20 = 8 \cdot \cancel{125} \\ x \quad \cancel{1500} \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 20 = \cancel{8} \\ x \quad \cancel{12} \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 20 = \cancel{2} \\ x \quad 3 \end{array}$$

$$2 \cdot x = 60$$

$$x = 30$$

Como já possui 20 funcionários, somente vamos subtrair o total necessários pelo total que já possui.

$$F = x - 20$$

$$F = 30 - 20$$

$$F = 10$$

**LETRA A**

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 1. Editora Ática, 2005.

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 1: Aritmética. Editora Atual, 2013.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- BIANCHINI, Rubens; PORTUGAL, Pedro. Matemática para Todos – Volume 1. Editora Saraiva, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As afirmativas I e II são as únicas corretas, pois estão associadas ao artigo 5º e § 1º da Lei Orgânica do Município.

Já as afirmativas III e IV estão incorretas, pois é possível ao Município fazer concessão para criação de cemitérios particulares e que as associações religiosas e particulares poderão manter cultos religiosos nos cemitérios localizados no Município, isto está previsto nos §§ 1º e 2º do artigo 5º Lei Orgânica do Município.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>20</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão pede que os candidatos resolvam o item com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Carangola, portanto, qualquer outra norma deve ser desprezada.

Pois bem, considerando a matéria relacionada, existe apenas uma alternativa correta, D, que informa que o adicional por tempo de serviço é devido a partir do primeiro dia imediato em que o servidor público municipal completar o interstício temporal de 1.825 dias de efetivo exercício no serviço público, exigido para implementar o direito, já que trata da reprodução do texto do §7º do artigo 77 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Carangola.

A alternativa C não pode ser aceita, pois vai contra o teor do caput do art. 77, que menciona que o adicional por tempo de serviço é devido a cada 05 (cinco) anos, período quinquenal, de efetivo exercício no serviço público municipal e será concedido ao servidor público municipal calculados à razão de **10% (dez por cento)** do vencimento de seu cargo efetivo, limitados a 35 (trinta e cinco) anos ou 07 (sete) quinquênios de serviço público municipal.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

As razões recursais procedem, considerando que a terceira assertiva apresentada na questão é verdadeira, conforme dispõe o art. 1º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Logo, a sequência correta para a resolução da questão seria: V, F, V.

Não havendo alternativa de resposta que coincida com essa sequência, impõe-se a anulação da questão.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

40
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O edital do concurso estabelece o Microsoft Word como software padrão para questões que envolvam ferramentas de edição de texto. Assim, a interpretação da questão deve ser direcionada à terminologia e funcionalidades desse software. No Microsoft Word, a funcionalidade mencionada no enunciado corresponde à ferramenta “Substituir”, utilizada para localizar e substituir palavras ou frases em documentos. A alternativa A está correta, pois é a nomenclatura oficial dessa funcionalidade no Word. Esse recurso pode ser acessado através da aba “Página Inicial”, no grupo “Edição”.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/localizar-e-substituir-texto-c6728c16-469e-43cd-afe4-7708c6c779b7#:~:text=No%20Painel%20de%20Navega%C3%A7%C3%A3o%2C%20clique%20na%20lupa.,-Selecionar%20Configura%C3%A7%C3%B5es&text=Selecione%20Configura%C3%A7%C3%B5es%2C%20em%20seguida%20escolha%20%2C%20Localiza%C3%A7%C3%A3o%20Avan%C3%A7ada%20%26%20Substituir.,superior%20da%20caixa%20de%20di%C3%A1logo.&text=Na%20caixa%20Localizar%2C%20digite%20o%20texto%20que%20deseja%20encontrar.>

**Cargo: Auxiliar de Serviços Públicos**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

1
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A notícia tem como objetivo informar sobre “a queda da qualidade do ar e o aumento de doenças respiratórias devido às queimadas no município de Santarém”. Considera-se, através das ideias textuais, que as queimadas na Amazônia comprometeram consideravelmente a cidade de Santarém, tendo em vista que “a Amazônia é o bioma que abrange a maior extensão do Brasil, ocupando quase metade do seu território”, ou seja, “passa pelos territórios do Acre, Amapá, Amazonas, **Pará** e Roraima, e parte do território do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins”. Dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostraram que, em 2024, o Pará foi o estado com maior concentração de queimadas no Brasil. Dessa forma, é incontestável e evidente que as queimadas citadas no texto ocorreram também em Santarém – cidade que decretou situação de emergência ambiental devido à piora da qualidade do ar, causada por queimadas que aumentaram os casos de doenças respiratórias –, sendo, assim, tida como o objetivo comunicativo do texto.

Fontes:

- <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/para-encoberto-por-fumaca-santarem-tem-qualidade-do-ar-30-vezes-pior-do-que-o-recomendando-pela-oms/>.
- <https://agenciapara.com.br/noticia/61823/governo-atua-no-combate-a-incendios-florestais-em-santarem-e-apresenta-novas-acoas>.
- <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-amazonico#:~:text=O%20Bioma%20Amaz%C3%B4nico%20chega%20ocupar,Mato%20Grosso%2C%20Rond%C3%B4nia%20e%20Tocantins>.
- <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As eleições gerais no Brasil são caracterizadas pela sua realização simultânea em todo o território nacional. Esse processo inclui a escolha do presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos estados e do Distrito Federal, senadores, e deputados federais, estaduais, distritais e territoriais e é nomeada de “Eleições Gerais”.

É importante ressaltar que as eleições gerais não se confundem com as eleições municipais, que, embora também ocorram a cada quatro anos, possuem características distintas. As eleições municipais são voltadas exclusivamente para a escolha de prefeitos e vereadores, focando na administração local de cada município e é nomeada de “Eleições Municipais”.

Essa diferenciação está claramente estabelecida e fundamentada no Glossário Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Dicionário Parlamentar e Político: o processo político e legislativo no Brasil, documentos que consolidam as definições e os conceitos relacionados ao processo eleitoral brasileiro.

O respaldo desses materiais oficiais reforça a legitimidade e a precisão da informação, eliminando qualquer possibilidade de equívoco sobre os conceitos.

Fontes:

- Glossário Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-e>
- ELEIÇÃO geral. In: FARHAT, Saïd. Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996. p. 336.

**Cargo: Farmacêutico**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>13</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No pior dos casos, pode-se escolher os marcadores de forma que nenhum par de números consecutivos seja selecionado. Isso significa que poderiam ser escolhidos, no máximo, todos os números ímpares ou todos os números pares. Como há 65 marcadores (numerados de 1 a 65), 33 são ímpares e 32 são pares. Assim, é possível escolher exatamente os 33 números ímpares e nenhum par de números consecutivos será selecionado. Portanto, a partir de 34 marcadores, é garantido que pelo menos dois deles serão consecutivos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>20</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta um estudo de caso, informando que Armando, após ser denunciado por irregularidades no serviço público, foi condenado a uma pena administrativa de 60 dias de suspensão, como resultado da sindicância aberta para a apuração do caso.

Inicialmente faz-se necessário o conhecimento dos artigos 168 e 169 da Lei Municipal nº 2.933, de 18 de setembro de 1995, que dispõe respectivamente, “Da sindicância poderá resultar: I – Arquivamento do Processo. II – Aplicação de

penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; III – Instalação de Processo” e “Sempre que o ilícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias ou de demissão, extinção de aposentadoria ou disponibilidade, ou ainda destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instalação de processo disciplinar.”

Realizando uma análise do caso apresentado, pode-se observar que a pena administrativa aplicada foi de 60 dias de suspensão, tal pena foi aplicada como resultado da sindicância.

Dessa forma, violou os artigos 168 e 169 em comento, já que deixam claro que a pena máxima de suspensão aplicada como resultado da sindicância será de até 30 dias, ultrapassando esse período, torna-se obrigatório a instalação do processo disciplinar.

Assim, a penalidade administrativa aplica a Armando foi ilegal, pois, de acordo com os artigos em comento, seria obrigatório a instalação do processo disciplinar para a aplicação da penalidade de suspensão de 60 dias, já que é vedado por lei a aplicação de suspensão superior a 30 dias em decorrência da sindicância.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito da banca examinadora.

Fonte:

- CARANGOLA. Institui o estatuto dos servidores públicos do município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/estatuto-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-carangola>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

#### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-5edicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

#### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Houve o erro de digitação na palavra carvedilol, portanto a questão resta anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede para: "Assinale a alternativa que não representa um medicamento constante nesta lista B1".

Logo, segundo a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 877, DE 28 DE MAIO DE 2024 que Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, em sua relação constante na LISTA - B2 LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS (Sujeitas à Notificação de Receita "B2") constam: Aminorex; Anfepramona; Femproporex; Fendimetrazina; Fentermina; Mazindol; Mefenorex e Sibutramina.

Assim, na Lista atualizada da ANVISA de 2024 consta o medicamento MAZINDOL pertencente a LISTA B2, sendo, portanto, a opção a ser marcada, pois, foi pedido para marcar um medicamento que NÃO REPRESENTA UM MEDICAMENTO CONSTANTE DA LISTA B1.

**Cargo: Fiscal de Posturas**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>6</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

"Estão" é a forma conjugada do verbo "estar" na terceira pessoa do plural do presente do indicativo. As demais formas verbais se encontram no pretérito perfeito do indicativo: viu; tornou -se; imaginou.

Fonte:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

As razões recursais procedem, considerando que a terceira assertiva apresentada na questão é verdadeira, conforme dispõe o art. 1º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Logo, a sequência correta para a resolução da questão seria: V, F, V.

Não havendo alternativa de resposta que coincida com essa sequência, impõe-se a anulação da questão.

Tipo 1 - BRANCA

3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para confirmar ou não a veracidade das informações contidas nas alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois tanto rádios e TVs quanto internet veiculam informações que nem sempre correspondem à verdade dos fatos. Em relação às rádios e TVs, a autora afirma no 2º parágrafo: sabemos que a linha editorial desses instrumentos de comunicação nem sempre mostra a verdade”. Em relação à internet, ela afirma no 3º parágrafo que “(pessoas) Produzem, postam e compartilham multiplicando falsas notícias...”

A alternativa B está incorreta, visto que somente rádios e TVs estão submetidos a normas (“No caso das TVs e rádios, como concessões públicas de prazo determinado, estão submetidas a regras”); já jornais estão submetidos a um código de ética (“O jornalismo, que submetido a um Código de Ética”).

A alternativa C está incorreta, já que o texto não afirma que as pessoas optaram por se informar pela internet, em lugar das TVs. O texto apenas afirma que as pessoas, além de se informarem pelas TVs, também passaram a usar a internet para o mesmo fim: “Hoje, as pessoas continuam se informando pela TV, mas também se informam em grupos de WhatsApp e em redes sociais. (4º§).

A alternativa D está correta, uma vez que os conteúdos compartilhados na internet alcançam pessoas no mundo todo. Essa informação pode ser confirmada pela seguinte passagem do 4º parágrafo: “Ao compartilharem os conteúdos que têm acesso fazem uma notícia, verdadeira ou não, alcançar milhões de outros usuários em pontos bem distantes do planeta”. Dessa forma, conclui-se que não há limites para o alcance da internet, pois ela chega até as pessoas nos lugares mais longínquos do planeta, ou seja, em qualquer lugar do mundo ou no mundo todo. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA

6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.

I. “Hoje, as pessoas continuam se informando pela TV [...]” (4º§). O adjunto adverbial “hoje” foi deslocado para o início do enunciado. Nesse caso, o uso da vírgula se tornou obrigatório. INCORRETO: O adjunto adverbial de pequena extensão, como “hoje”, de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira, é aquele que é formado por até duas

palavras. Caso queira enfatizá-lo, usa-se a vírgula; caso não queira, não se usa a vírgula. Portanto, o uso da vírgula em adjunto adverbial de até duas palavras não é obrigatório e sim facultativo.

II. “E pior, não dão o mesmo espaço para que outras opiniões possam se expressar.” (2º§) CORRETO: Se, em lugar da vírgula, fossem utilizados os dois-pontos, não haveria alteração semântica no enunciado.

III. “As consequências, como temos observado, são devastadoras.” (4º§) INCORRETO: O emprego das vírgulas para isolar a oração intercalada é obrigatório e não facultativo. Portanto, sem as vírgulas, haverá infração às normas da escrita padrão.

IV. “Imaginem se não tivéssemos código e regulação!” (2º§) CORRETO: A exclamação foi empregada para intensificar a ação expressa pelo imperativo.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

8
---

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As vozes verbais dizem respeito à relação que se estabelece entre o sujeito do enunciado e o verbo ao qual está ligado. Essa relação ajuda a definir não só o significado do enunciado, mas também o foco e a entonação. Existem três vozes verbais: voz ativa, voz passiva e voz reflexiva. Na questão em análise, vamos nos ater apenas às duas primeiras.

A voz ativa ocorre quando o enunciado evidencia que o sujeito pratica a ação (também chamado de sujeito agente). Nesse caso, o sujeito é aquele que executa, de modo ativo, a ação ocorrida no enunciado, portanto, o agente fica em evidência. Exemplo: O candidato resolveu a prova em meia hora.

Ao contrário da voz ativa, a voz passiva evidencia o sujeito que sofre determinada ação (o chamado sujeito paciente). Logo, a voz passiva pode ser usada para evidenciar não o agente, e sim quem está sendo impactado por ela. Para converter a voz ativa em voz passiva, o verbo ativo é colocado no particípio e o verbo auxiliar é conjugado na mesma forma em que estava o verbo ativo. O sujeito da voz ativa passa a agente da passiva; o objeto direto da voz ativa passa a sujeito da passiva e o particípio concorda com o novo sujeito. Exemplo: A prova foi resolvida pelo candidato em meia hora.

Nas alternativas A.I-II, B.I-II e D.I-II, os enunciados tiveram a conversão da voz ativa para a voz passiva realizada de maneira correta e sem alteração de sentido.

No entanto, em C. I. “O mundo debate este tema...”, a conversão não obedeceu aos procedimentos descritos anteriormente. O sujeito ativo “o mundo”, que deveria, na voz passiva, ficar na posição de agente da passiva, teve sua função sintática alterada quando a preposição “em” se contraiu com o artigo “o”, transformando-se em “no mundo”. O acréscimo da preposição alterou a função sintática para adjunto adverbial de lugar. A mudança sintática também acarretou mudança de sentido. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>9</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Regência é o processo em que um termo determinante rege outro determinado a ele, estabelecendo relação de subordinação entre os dois. A marca de subordinação costuma dar-se pela preposição que liga um termo ao outro ou pela ausência dela.

A regência verbal e nominal são conceitos importantes para a construção de textos coerentes, pois dão sentido aos enunciados. A regência é fundamental por conta de muitas palavras não possuírem um sentido completo. Assim, cria-se uma relação entre um termo principal (chamado de termo regente) e o complemento (conhecido como termo regido). Compreender os princípios da regência é vital para a clareza e precisão, tanto na comunicação escrita como na comunicação falada. Sendo assim, podemos perceber que, quando há o uso correto das preposições, podemos evitar muitos casos, como ambiguidades e mal-entendidos, tornando o discurso mais fluido e coerente. Ao analisar cada enunciado sob o ponto de vista do emprego adequado das preposições, fica evidente que o único enunciado em que a regência prescrita pela norma culta não foi respeitada encontra-se em A: “Ao compartilharem os conteúdos que têm acesso...”.

O termo “acesso” sempre virá com uma preposição após ele, já que “quem tem acesso, tem acesso a algo”. Como há presença de pronome relativo “que”, este virá precedido da preposição a, já que a regência do substantivo “acesso” assim determina. Sendo assim, o mais adequado seria: “Ao compartilharem os conteúdos a que têm acesso...”.

Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>21</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, é declarado que é função dos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), e não da Comissão Intergestores Bipartite, representar os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, conforme disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Recurso, portanto, improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme as Diretrizes para a organização dos serviços de atenção à saúde em situação de aumento de casos ou de epidemia por arboviroses, do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, de 2022, lê-se: “Caso as Unidades de Atendimento de Campanha não tenham equipe profissional disponível nas 24 horas do dia deverão garantir a referência para os usuários, em caso de funcionamento apenas diurno.” Dessa forma, tal documento prevê a não funcionalidade contínua da unidade e a alternativa B encontra-se incorreta.

Também conforme o mesmo documento, é apontado Ipsi Litteris: “Garantir a liberação do resultado do hemograma no mesmo dia (em até 4 horas). (...) O paciente deve permanecer na unidade de saúde em acompanhamento e observação, com prescrição de hidratação, até o resultado do exame ficar pronto.” Dessa forma, alternativa D encontra-se correta. Dessa forma, recurso improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) está fundamentada nos princípios que refletem os valores da educação popular e dos movimentos sociais que influenciaram a criação do SUS. Esses princípios incluem:

- **Diálogo:** Promoção de uma comunicação aberta e horizontal entre os diferentes atores sociais.
- **Amorosidade:** Envolvimento humano com sensibilidade e respeito às realidades das pessoas.
- **Problematização:** Reflexão crítica sobre as condições concretas de vida e trabalho.
- **Construção compartilhada do conhecimento:** Respeito e valorização do saber popular em diálogo com o saber técnico-científico.
- **Emancipação:** Incentivo à autonomia e protagonismo das pessoas e comunidades.
- **Compromisso com a construção do projeto democrático e popular:** Alinhamento com os princípios de inclusão e justiça social, que são pilares do SUS.

Essa formulação é compatível com os fundamentos apresentados pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Portaria GM/MS nº 2.761/2013).

A letra D inclui emancipação, diálogo e amorosidade, que são princípios centrais na PNEPS-SUS. A emancipação refere-se à capacidade das pessoas de se tornarem protagonistas na melhoria das suas condições de saúde e na transformação social. O diálogo e a amorosidade são conceitos que refletem a construção de um processo educacional com respeito e humanização, aspectos que a letra A não contempla de forma tão clara.

Portanto, a letra A está incompleta porque não menciona a emancipação, diálogo e amorosidade, princípios fundamentais que compõem a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Educação Popular em Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/01/NT-16-2013-Educac%CC%A7a%CC%83o-Popular-em-Sau%CC%81de.pdf>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Em relação a letra A - O câncer não é uma doença infecciosa e não se enquadra no conceito de pandemia.

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-Sedicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisando a questão 33, apenas as afirmações II e IV estão corretas. De acordo com argumentos interpostos, deveria ser considerada correta também a afirmação III, porém, com base em diretrizes de litíase urinária divulgadas pelo Jornal Brasileiro de Nefrologia e pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, a prevalência da litíase urinária é maior nos indivíduos jovens. Da mesma forma, está incorreta a afirmação I, pois o sexo masculino é mais afetado que o feminino. Sendo assim, considera-se correta a afirmativa C, como consta no gabarito oficial.

Fonte:

- [https://portaldaurologia.org.br/medicos/academia/assets/pdf/Diretrizes\\_para\\_urolitase.pdf](https://portaldaurologia.org.br/medicos/academia/assets/pdf/Diretrizes_para_urolitase.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

De acordo com argumentos interpostos para a questão 39, a alternativa C não está correta, sendo a alternativa D a única que se adequa à Política Nacional de Atenção Básica. Portanto, diante da constatação de erro na divulgação do gabarito, altera-se a alternativa correta para letra D.

Fonte:

- POLÍTICA DE SAÚDE, POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB) E POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PNVS) NO BRASIL PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE E-BOOK 6 Brasília -DF 2023 MINISTÉRIO DA SAÚDE CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL . [s.l: s.n.].

Tipo 1 - BRANCA

15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

Funcionários	Dias	Horas/Dia	Produção
20	5	6	625
x	6	8	1500
	Inversamente Proporcional	Inversamente Proporcional	Diretamente Proporcional

$$\frac{20}{x} = \frac{6}{5} \cdot \frac{8}{6} \cdot \frac{625}{1500}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{625}{1500}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$\frac{20}{x} = 8 \cdot \frac{5}{6}$$

$$2 \cdot x = 60$$

$$x = 30$$

Como já possui 20 funcionários, somente vamos subtrair o total necessários pelo total que já possui.

$$F = x - 20$$

$$F = 30 - 20$$

$$F = 10$$

**LETRA A**

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 1. Editora Ática, 2005.
- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 1: Aritmética. Editora Atual, 2013.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- BIANCHINI, Rubens; PORTUGAL, Pedro. Matemática para Todos – Volume 1. Editora Saraiva, 2008.

Tipo 1 - BRANCA

25

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

As razões recursais procedem, considerando que a terceira assertiva apresentada na questão é verdadeira, conforme dispõe o art. 1º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Logo, a sequência correta para a resolução da questão seria: V, F, V.

Não havendo alternativa de resposta que coincida com essa sequência, impõe-se a anulação da questão.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando a questão em análise, questão 39, referente à prova Monitor Escolar, é possível destacar que os recursos expostos estão IMPROCEDENTES, visto que:

**Alternativa A – CORRETA:** O método global estimula o aluno a observar um texto por certo tempo para memorizar e entender o sentido geral, depois analisam as sentenças, as palavras e comparam com as composições silábicas. Geralmente, é associado aos contos e histórias. Dessa forma, a leitura é uma atividade de interpretação de ideias e que a análise de partes deve ser um processo posterior. Sendo assim, tudo começa pelo texto, só depois de o aluno ter um contato intenso com uma história é que o material será fragmentado em frases e palavras, para que os alunos identifiquem as partes decompostas.

**Alternativa B – INCORRETA:** Refere-se ao método de sentencição, no qual visa ensinar o significado da palavra da forma mais completa por meio de frases. O aluno precisa compreender o sentido de uma sentença para só depois analisar palavras e sílabas. Enfatiza a sentença como unidade que, depois de reconhecida e compreendida, será decomposta em palavras e, finalmente, em sílabas. Outro procedimento é a estratégia de comparar palavras e isolar elementos reconhecidos, para ler e escrever palavras novas. O foco é na compreensão das frases, e só depois nas palavras que as compõem.

**Alternativa C – INCORRETA:** Refere-se ao método de palavrção, que ensina como a palavra é graficamente sem a necessidade de decompô-la em sílabas, letras ou mesmo fonemas e grafemas. Geralmente, apresentam grupos de palavras e os alunos tentam reconhecer suas características gráficas. Embora em um primeiro momento a ênfase esteja na palavra e não no conteúdo em si, a metodologia direciona a atenção dos alunos para os detalhes das letras, sílabas e sons, conferindo maior autonomia no processo de aprendizagem.

**ALTERNATIVA D – INCORRETA:** Refere-se ao método alfabético, tal método é o mais comum, onde a criança aprende primeiro os nomes das letras do alfabeto para, em um segundo momento, fazer as combinações silábicas e montar as palavras. Usam-se técnicas que ajudam o aluno a associar o nome da letra à sua representação visual e ao som que ela adquire na palavra. A criança começa a ler sentenças curtas e vai evoluindo até conhecer histórias. Por este processo, a criança vai soletrando as sílabas até decodificar a palavra.

Diante disso, apenas a alternativa A está correta, não existindo mais de uma opção que se enquadra ao que se pede no enunciado e, principalmente, tornando existente uma opção correta de resposta. A questão, com a alternativa correta sendo a letra A, está corretamente explicitada no gabarito preliminar divulgado no site do Instituto Consulplan. Portanto, diante dos fatos mencionados até aqui, a questão se mantém original e íntegra, não havendo divergências.

**Fontes:**

- <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/metodo-global>
- <http://portal.mec.gov.br/seb>

## Cargo: Motorista

Tipo 1 - BRANCA

20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

Observando a sequência de geração de senhas, nota-se o padrão de crescimento numérico das senhas.

Ordem das Senhas	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Senha	1	4	10	19	31	46	64	85
Padrão Lógico	1º	$1^\circ + (3*1)$	$2^\circ + (3*2)$	$3^\circ + (3*3)$	$4^\circ + (3*4)$	$5^\circ + (3*5)$	$6^\circ + (3*6)$	$7^\circ + (3*7)$

Logo, chega-se a conclusão de que a oitava senha corresponde ao número 85.

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

## Cargo: Pedagogo

Tipo 1 - BRANCA

1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O título de um texto funciona como uma espécie de “slogan” ou resumo, isto é, algo que faça com que o leitor “compre” suas ideias. O título é uma síntese precisa do texto, cuja função é estratégica na sua articulação: ele nomeia o texto após sua produção, sugere o sentido do mesmo, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão à que o leitor deverá chegar. Um título adequado pode direcionar a compreensão do texto, ajudando o leitor a criar expectativas de leitura. O título é um fator estratégico da articulação do texto, pois, quando lido em primeiro plano, orienta a interpretação. Ele “não é mero recurso artificial, mas é chave de decodificação do texto se convenientemente proposto”. Às vezes, a ancoragem do texto no título processa-se por uma ligação exofórica, remetendo o leitor a um elemento exterior, não anunciado no texto, mas presente nos seus esquemas. Todavia, o caso mais frequente é o título funcionando como anúncio de uma informação a figurar no texto, estabelecendo uma ligação catafórica com aquilo que se segue, induzindo o leitor a uma dada leitura do texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o tema discutido pela autora diz respeito aos impactos, consequências ou efeitos da ausência de regulamentação da internet. Inclusive, “Os impactos da falta de regulamentação da internet” (<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/frente-ampla/eu-acusos-impactos-da-falta-de-regulamentacao-da-internet>) é o título original do texto, que foi propositalmente omitido para a elaboração da questão. Portanto, o gabarito é a letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para confirmar ou não a veracidade das informações contidas nas alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois tanto rádios e TVs quanto internet veiculam informações que nem sempre correspondem à verdade dos fatos. Em relação às rádios e TVs, a autora afirma no 2º parágrafo: sabemos que a linha editorial desses instrumentos de comunicação nem sempre mostra a verdade”. Em relação à internet, ela afirma no 3º parágrafo que “(pessoas) Produzem, postam e compartilham multiplicando falsas notícias...”

A alternativa B está incorreta, visto que somente rádios e TVs estão submetidos a normas (“No caso das TVs e rádios, como concessões públicas de prazo determinado, estão submetidas a regras”); já jornais estão submetidos a um código de ética (“O jornalismo, que submetido a um Código de Ética”).

A alternativa C está incorreta, já que o texto não afirma que as pessoas optaram por se informar pela internet, em lugar das TVs. O texto apenas afirma que as pessoas, além de se informarem pelas TVs, também passaram a usar a internet para o mesmo fim: “Hoje, as pessoas continuam se informando pela TV, mas também se informam em grupos de WhatsApp e em redes sociais. (4º§).

A alternativa D está correta, uma vez que os conteúdos compartilhados na internet alcançam pessoas no mundo todo. Essa informação pode ser confirmada pela seguinte passagem do 4º parágrafo: “Ao compartilharem os conteúdos que têm acesso fazem uma notícia, verdadeira ou não, alcançar milhões de outros usuários em pontos bem distantes do planeta”. Dessa forma, conclui-se que não há limites para o alcance da internet, pois ela chega até as pessoas nos lugares mais longínquos do planeta, ou seja, em qualquer lugar do mundo ou no mundo todo. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para escrever um texto argumentativo, é preciso, antes de tudo, ter uma tese muito clara para defender diante de uma questão polêmica. Afinal, toda a organização do texto, assim como sua consistência, estarão subordinadas à defesa da tese.

Portanto, para escrever um bom texto argumentativo, é necessário utilizar argumentos consistentes e bem fundamentados, pois são mais fortes e convincentes. O autor tem de informar ao leitor quais as razões que o levaram a tomar determinada posição, evitando motivos superficiais ou sem qualquer fundamento.

O articulista precisa, então, definir seus argumentos de acordo com o tema discutido e também de acordo com o público-alvo para quem escreve: um artigo para um jornal de economia, por exemplo, deverá apoiar-se em conceitos e valores da área, assim como em dados estatísticos, entre outros; para defender uma lei que esteja sendo criada, um articulista deve citar exemplos de situações em que a sua aplicação trouxe melhorias; num debate sobre novos costumes, terá de evocar valores, lembrar dados históricos, fazer análises comparativas; e assim por diante. Quanto mais o articulista dominar o tema sobre o qual está escrevendo e conhecer o perfil e as expectativas do auditório a quem se dirige, maiores serão as chances de ele elaborar uma estratégia argumentativa eficaz.

Parte dessa estratégia consiste em perceber com precisão que tipo(s) de argumento pode(m) funcionar melhor no contexto do debate. Com base na relação lógica estabelecida entre os dados, as justificativas e a conclusão ou tese, tem-se um tipo de argumento.

No texto lido, há vários tipos de argumento. Em relação ao fato ocorrido com o jornalista Pedro Bial, que teve sua imagem utilizada sem autorização, temos um exemplo, uma espécie de “ilustração” que tem por objetivo comprovar para o leitor que o jornalista foi vítima de um crime cometido contra na internet. Nesse caso, trata-se de um argumento por exemplificação, que pode se apresentar na forma de narrativas cotidianas para evidenciar um problema e, assim, ajudar na fundamentação do ponto de vista. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

5
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados. As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

Em I, há uma metonímia, já que não é o mundo ou planeta que debate alguma coisa, mas sim as pessoas que habitam o mundo.

Em II, há uma metáfora, uma vez que é estabelecida uma relação de semelhança entre dois seres que, embora diferentes, apresentam alguma característica comum. A metáfora "terra sem lei" é utilizada para se referir a um espaço onde as leis parecem estar ausentes ou se dissipar. Pode ser aplicada a diferentes contextos, como a internet, a Amazônia ou outras regiões.

Em III, há uma antítese, pois temos a oposição de ideias entre os termos "a favor" e "contra". Portanto, o gabarito é a letra B.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Entre os recursos que contribuem para a construção de sentidos no texto, estão os sinais de pontuação. Além de estarem vinculados intimamente à coerência do texto, esses sinais podem acumular outras funções discursivas, como aquelas ligadas à ênfase, à reformulação ou à justificação de certos segmentos. Nessa perspectiva, a pontuação tem de ser vista muito mais além; isto é, não são simples sinais para separar ou marcar segmentos da superfície do texto.

I. “Hoje, as pessoas continuam se informando pela TV [...]” (4º§). O adjunto adverbial “hoje” foi deslocado para o início do enunciado. Nesse caso, o uso da vírgula se tornou obrigatório. INCORRETO: O adjunto adverbial de pequena extensão, como “hoje”, de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira, é aquele que é formado por até duas palavras. Caso queira enfatizá-lo, usa-se a vírgula; caso não queira, não se usa a vírgula. Portanto, o uso da vírgula em adjunto adverbial de até duas palavras não é obrigatório e sim facultativo.

II. “E pior, não dão o mesmo espaço para que outras opiniões possam se expressar.” (2º§) CORRETO: Se, em lugar da vírgula, fossem utilizados os dois-pontos, não haveria alteração semântica no enunciado.

III. “As consequências, como temos observado, são devastadoras.” (4º§) INCORRETO: O emprego das vírgulas para isolar a oração intercalada é obrigatório e não facultativo. Portanto, sem as vírgulas, haverá infração às normas da escrita padrão.

IV. “Imaginem se não tivéssemos código e regulação!” (2º§) CORRETO: A exclamação foi empregada para intensificar a ação expressa pelo imperativo.

Portanto, o gabarito é a letra C.

**Fontes:**

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

Na questão em análise, a conjunção “mas” só não foi utilizada com sentido adversativo em D, uma vez que o termo “mas” integra a locução “mas também”, que introduz ideia de soma, de acréscimo. Portanto, o gabarito é letra D.

**Fontes:**

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As vozes verbais dizem respeito à relação que se estabelece entre o sujeito do enunciado e o verbo ao qual está ligado. Essa relação ajuda a definir não só o significado do enunciado, mas também o foco e a entonação. Existem três vozes verbais: voz ativa, voz passiva e voz reflexiva. Na questão em análise, vamos nos ater apenas às duas primeiras.

A voz ativa ocorre quando o enunciado evidencia que o sujeito pratica a ação (também chamado de sujeito agente). Nesse caso, o sujeito é aquele que executa, de modo ativo, a ação ocorrida no enunciado, portanto, o agente fica em evidência. Exemplo: O candidato resolveu a prova em meia hora.

Ao contrário da voz ativa, a voz passiva evidencia o sujeito que sofre determinada ação (o chamado sujeito paciente). Logo, a voz passiva pode ser usada para evidenciar não o agente, e sim quem está sendo impactado por ela. Para converter a voz ativa em voz passiva, o verbo ativo é colocado no particípio e o verbo auxiliar é conjugado na mesma forma em que estava o verbo ativo. O sujeito da voz ativa passa a agente da passiva; o objeto direto da voz ativa passa a sujeito da passiva e o particípio concorda com o novo sujeito. Exemplo: A prova foi resolvida pelo candidato em meia hora.

Nas alternativas A.I-II, B.I-II e DI-II, os enunciados tiveram a conversão da voz ativa para a voz passiva realizada de maneira correta e sem alteração de sentido.

No entanto, em C. I. “O mundo debate este tema...”, a conversão não obedeceu aos procedimentos descritos anteriormente. O sujeito ativo “o mundo”, que deveria, na voz passiva, ficar na posição de agente da passiva, teve sua função sintática alterada quando a preposição “em” se contraiu com o artigo “o”, transformando-se em “no mundo”. O acréscimo da preposição alterou a função sintática para adjunto adverbial de lugar. A mudança sintática também acarretou mudança de sentido. Portanto, o gabarito é letra C.

**Fontes:**

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Regência é o processo em que um termo determinante rege outro determinado a ele, estabelecendo relação de subordinação entre os dois. A marca de subordinação costuma dar-se pela preposição que liga um termo ao outro ou pela ausência dela.

A regência verbal e nominal são conceitos importantes para a construção de textos coerentes, pois dão sentido aos enunciados. A regência é fundamental por conta de muitas palavras não possuem um sentido completo. Assim, cria-se uma relação entre um termo principal (chamado de termo regente) e o complemento (conhecido como termo regido). Compreender os princípios da regência é vital para a clareza e precisão, tanto na comunicação escrita como na comunicação falada. Sendo assim, podemos perceber que, quando há o uso correto das preposições, podemos evitar muitos casos, como ambiguidades e mal-entendidos, tornando o discurso mais fluido e coerente.

Ao analisar cada enunciado sob o ponto de vista do emprego adequado das preposições, fica evidente que o único enunciado em que a regência prescrita pela norma culta não foi respeitada encontra-se em A: “Ao compartilharemos conteúdos que têm acesso...”.

O termo “acesso” sempre virá com uma preposição após ele, já que “quem tem acesso, tem acesso a algo”. Como há presença de pronome relativo “que”, este virá precedido da preposição a, já que a regência do substantivo “acesso” assim determina. Sendo assim, o mais adequado seria: “Ao compartilharem os conteúdos a que têm acesso...”. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Nas passagens selecionadas do texto, a única que apresenta um enunciado em desacordo com a norma culta é a letra B, uma vez que o adjetivo “sujeitos” deveria ter sido flexionado no feminino, já que estabelece concordância com os termos “fraudes”, “mentiras” e “violências”, todos femininos. Assim, o mais adequado seria “Que as fraudes, as mentiras, e as violências estejam sujeitas à lei.”. Portanto, o gabarito é letra B.

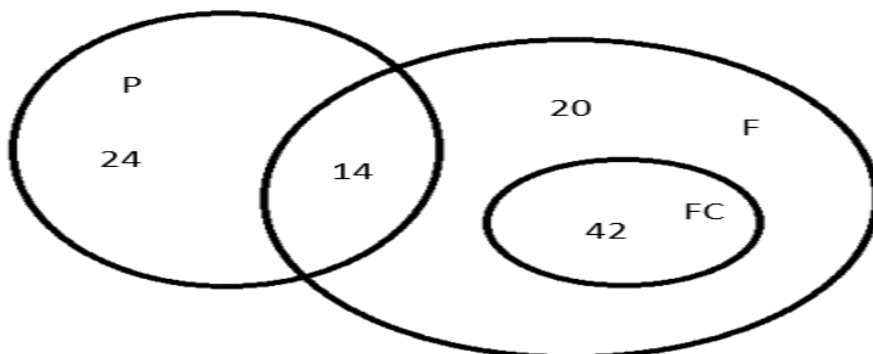
Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, 42 membros gostam de ficção científica.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>13</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No pior dos casos, pode-se escolher os marcadores de forma que nenhum par de números consecutivos seja selecionado. Isso significa que poderiam ser escolhidos, no máximo, todos os números ímpares ou todos os números pares. Como há 65 marcadores (numerados de 1 a 65), 33 são ímpares e 32 são pares. Assim, é possível escolher exatamente os 33 números ímpares e nenhum par de números consecutivos será selecionado. Portanto, a partir de 34 marcadores, é garantido que pelo menos dois deles serão consecutivos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Crime de responsabilidade configuram infrações político-administrativas praticadas por pessoas que ocupam determinados cargos públicos.

Como a natureza dos crimes de responsabilidade é política, seu julgamento também é feito por agentes políticos. Prefeitos são exceção. Segundo o Decreto-Lei nº 201/1967, os crimes de responsabilidade cometidos pelos prefeitos são “sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores”.

A Lei Orgânica do Município de Carangola, em seu artigo 75, dispõe que são crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, os previstos em lei federal, e seu parágrafo único dispõe que o Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Embora a questão dispusesse claramente que deveria ser respondida com base na Lei Orgânica do Município de Carangola, os dispositivos que tratam sobre o assunto, vão ao encontro do que dispões as normas de hierarquia superior, sendo plenamente validas.

Assim, em caso de crime de responsabilidade o Prefeito do Município de Carangola deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Carangola.

Mantendo como única alternativa correta, o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Recurso improcedente.

Fonte:

- CARANGOLA. Lei Orgânica do Município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/lei-organica>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>19</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão trata sobre as atribuições privativas da Câmara dos Vereadores previstas na Lei Orgânica do Município de Carangola/MG, para sua resolução se faz necessário o conhecimento do artigo 37 da referida lei, que dispõe um rol exemplificativo das atribuições que são de competência privativa da Câmara dos Vereadores.

Realizando uma análise das afirmativas proposta no enunciado da questão com o rol das atribuições previstas no artigo 37 da lei, podemos constatar que apenas as afirmativas “I - Conceder licença ao Prefeito” e “IV - Julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da lei” estão corretas.

As afirmativas reproduzem exatamente os termos previsto no artigo 37, da referida lei, mais precisamente nos incisos V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores e inciso VII - tomar e julgar as contas do Prefeito,

deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta (60) dias do seu recebimento respectivamente.

O fato da afirmativa “I - Conceder licença ao Prefeito”, previsto no enunciado, não apresentar o rol completo de agentes previsto na lei, não o torna incorreto, já que momento algum, a afirmativa restringiu a concessão de licença apenas a figura do prefeito utilizando como exemplo os termo somente ou exclusivamente, dentre outros, apenas o utilizou como exemplo dentre os agentes previstos na lei.

Por sua vez, as afirmativas “II – Representar o Município em juízo e fora dele” e “III – Decretar situação de emergência ou de estado de calamidade pública”, tratam de atribuições do Prefeito Municipal, prevista no artigo 71, inciso II e XXXVI, respectivamente da referida lei, restando claramente incorretas as afirmativas.

Mantendo como única alternativa correta, o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Recurso improcedente.

Fonte:

- CARANGOLA. Lei Orgânica do Município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/lei-organica>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

#### **Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Tendo em vista que com a atualização realizada no ano de 2024 pela lei 14. 945, a integralização do ensino médio ocorrerá em observância aos dispositivos legais expressos nos artigos 24 e 26 da lei , conforme segue: O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 24 ..... I – a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; ..... § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. ...” (NR) “Art. 26..... § 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo temas transversais que componham os currículos de que trata o *caput* deste artigo.....”NR).

Desta forma o gabarito “B) de mil horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, sendo que a carga horária mínima anual será ampliada de forma progressiva para mil e quatrocentas horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação”, é a única opção que está de acordo com as atualizações normativas. Gabarito alterado para a letra B.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

#### **Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que houve erro no enunciado. A banca julga o recurso prejudicado, pois o argumento não corresponde ao tema da questão de número 33.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa C sugere que o uso de recursos tecnológicos inovadores, como jogos e simulações, por si só garante a compreensão profunda dos conceitos e a aprendizagem significativa. Essa afirmação é simplista e não captura a complexidade do processo de aprendizagem. Os recursos tecnológicos podem ser ferramentas poderosas para tornar o aprendizado mais engajador e interessante. Jogos e simulações podem ilustrar conceitos de forma visual e interativa, facilitando a compreensão. No entanto, eles não garantem, por si só, a aprendizagem significativa. A aprendizagem significativa exige que o novo conteúdo se conecte de forma não arbitrária e não literal aos conhecimentos prévios do aprendiz. Mesmo com recursos tecnológicos, se não houver essa conexão, o aprendizado pode ser superficial e facilmente esquecido. Além disso, jogos e simulações podem aumentar o engajamento dos alunos, mas o engajamento não é o mesmo que aprendizagem significativa. É possível que um aluno esteja muito engajado em uma atividade e, no entanto, não esteja aprendendo os conceitos de forma profunda. A qualidade do material didático e da atividade proposta é fundamental. Um jogo ou simulação bem elaborado pode auxiliar na aprendizagem, mas um material mal elaborado pode até atrapalhar o processo.

Fonte:

- Masini, Elcie F. Salzano. Moreira, Marco Antonio. Aprendizagem Significativa. Vetor Editora. Parte I- O aprender em situação formal de ensino.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>37</b>
-----------

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais não estão relacionadas à questão 37.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Bregalda, para elevados níveis de repetência, caso o menor incorra em repetência de série várias vezes, a instituição de ensino deverá acionar o Conselho Tutelar e comprovar quais foram as medidas usadas para tentar solucionar o problema do menor. Isto significa que ao fazê-lo, a escola deverá ter realizado tudo ao seu alcance para resolver e garantir a aprendizagem do aluno, já que será cobrada.

Fonte:

- Neves, Gustavo Bregalda. Leis Comentadas para Concursos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Riddel. P. 119.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No trecho "**Como a brisa, chega o palhaço, sorrindo com a mesma simpatia de um lagarto**", a figura de linguagem utilizada é a **comparação**. O gabarito **D** está correto e pode ser sustentado por uma análise:

1. **Uso do conectivo explícito:** A comparação é caracterizada pela presença de um elemento que estabelece a analogia de forma explícita, como "como", "tal qual", "assim como", entre outros. No trecho, o conectivo "**como**" estabelece uma relação direta de semelhança entre o palhaço e a brisa:
  - "Como a brisa, chega o palhaço."

Da mesma forma, a expressão "**com a mesma simpatia de um lagarto**" também utiliza um conector explícito, "**com a mesma**", para comparar o sorriso do palhaço à simpatia de um lagarto.

2. **Ausência de metáfora pura:** A metáfora, por definição, estabelece uma relação de sentido figurado implícita, sem o uso de conectivos que indiquem diretamente a comparação. No trecho analisado, a presença de conectivos ("como" e "com a mesma") torna a construção uma comparação explícita, afastando a possibilidade de interpretação como metáfora.
3. **Símile híbrida ou metáfora dentro da comparação?** Ainda que alguns estudiosos considerem que há uma metáfora implícita ao se atribuir "simpatia" a um lagarto, esse recurso está subordinado à estrutura comparativa predominante no trecho. O núcleo da figura de linguagem é a comparação, e qualquer metáfora secundária não anula a classificação principal.
4. **Sobre o argumento da palavra "como":** A substituição do conectivo "com a mesma" por "como" seria desnecessária para caracterizar a comparação, uma vez que ambos desempenham função similar ao estabelecer a analogia. O trecho "**sorrindo com a mesma simpatia de um lagarto**" já cumpre plenamente os critérios de uma comparação explícita.

Portanto, a figura de linguagem predominante no trecho é a **comparação**, sustentando o gabarito **D** como correto. O uso explícito de conectivos comparativos descarta a possibilidade de a metáfora ser a principal figura de linguagem nesse caso.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
4	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra "**desprovida**" significa literalmente "desprovida de algo", ou seja, "carente, desprovida, sem algo essencial". No contexto do trecho "E se faltassem – oh, vida desprovida e ingrata – ele as criava.", a ideia é que a vida está **carente de algo** que ela deveria ter (possivelmente oportunidades, recursos ou sentido), o que leva o narrador a considerar essa condição ingrata.

Embora o termo "**injusta**" (letra A) seja relacionado ao sentimento de descontentamento com a vida, ele não reflete diretamente o significado semântico de "**desprovida**". A substituição de "desprovida" por "carente" preserva o sentido original da frase e a lógica do trecho, ao passo que "injusta" altera o foco semântico para uma análise moral ou ética, o que não está sendo destacado no texto.

Assim, o uso de "carente" é mais adequado, pois é uma correspondência direta ao significado da palavra "desprovida", que se refere à ausência ou falta de algo, enquanto "injusta" é apenas uma interpretação emocional derivada do contexto e não do significado literal.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No trecho “Ele riu... e só ele, claro.”, a palavra “claro” desempenha a função de um **advérbio** que expressa **uma noção de certeza ou evidência** sobre a exclusividade de quem riu. O uso de "claro" reforça a ideia de que é evidente ou óbvio que apenas ele riu. Gramaticalmente, **não há alteração de sentido que caracterize a palavra como interjeição** (opção D), uma vez que esta ocorre, normalmente, em frases isoladas ou exclamativas, o que não é o caso.

Além disso, interjeições são palavras invariáveis usadas para transmitir emoções ou reações imediatas, como “Oh!” ou “Ah!”. **“Claro” não possui essa função aqui, pois integra o sentido lógico da frase, qualificando a exclusividade com a ideia de certeza e evidência.**

Quanto à opção **B (Conjunção)**, é incorreta, pois conjunções são elementos conectivos entre orações ou termos de mesma função. **"Claro" não conecta ideias, mas sim modifica o sentido da frase ao indicar certeza.**

Portanto, ao analisar o contexto e a classe gramatical da palavra “claro”, fica evidente que sua função é de **advérbio**, mantendo o gabarito correto como **letra A**.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
7	1

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

A questão apresenta como gabarito a alternativa "D", que sugere que os travessões no trecho destacado são usados para "inserir uma explicação adicional". No entanto, tal classificação não se sustenta, considerando a análise textual e o contexto em que os travessões aparecem.

No trecho **"E se faltassem – oh, vida desprovida e ingrata – , ele as criava"** , a frase entre travessões, **"oh, vida desprovida e ingrata"** , não se configura como uma explicação adicional, mas sim como uma pausa reflexiva, que visa destacar de forma enfática e dramática o sentimento de frustração e impotência do narrador em relação à "vida desprovida e ingrata".

Os travessões, nesse caso, não esclarecem ou complementam diretamente o termo "oportunidades". Em vez disso, são utilizados para criar um efeito estilístico de interrupção, que confere ênfase emocional ao discurso. Essa interpretação é corroborada por autores que analisam o uso do travessão na escrita, destacando que esse recurso pode ser empregado para criar pausas dramáticas ou reforçar o impacto de uma ideia, o que está alinhado ao efeito provocado pela expressão inserida no trecho.

Portanto, a função dos travessões no trecho analisado é melhor representada pela alternativa **B**, sendo, portanto, um recurso procedente com o gabarito alterado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Edital, no ANEXO I, campo do Conteúdo Programático, tem-se:

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; denotação e conotação; figuras; coesão e coerência; tipologia e gênero textual; significação das palavras; emprego das classes de palavras; sintaxe da oração e do período; pontuação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; estudo da crase; semântica e estilística. **Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos circulares e ofícios.**

Logo, a questão se enquadra no seguinte conteúdo: **Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos circulares e ofícios**, conforme previsto no EDITAL Nº 2, DE 9 DE AGOSTO DE 2024.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	9

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A análise detalhada das afirmativas demonstra que a resposta correta à questão é a alternativa **C**, conforme se comprova a seguir:

**Análise da afirmativa I:**

*“O ofício é um documento utilizado para comunicações externas, geralmente endereçado a órgãos públicos ou empresas.”*

Correção da afirmativa: A afirmativa é correta porque descreve uma característica comum do ofício, que, embora também possa ser utilizado para comunicações internas, é amplamente reconhecido e utilizado para comunicações externas, especialmente em contextos formais envolvendo órgãos públicos ou empresas. O termo “geralmente” no enunciado permite flexibilidade, indicando que essa não é a única finalidade, mas a mais comum.

O argumento de que o ofício também pode ser usado internamente não invalida a afirmativa. A questão não exclui essa possibilidade, pois utiliza o termo "geralmente", demonstrando que se trata de uma característica predominante e não exclusiva.

**Análise da afirmativa II:**

*“A circular é um documento administrativo utilizado para tratar de um único destinatário sobre um tema específico.”*

Correção da afirmativa: A afirmativa é incorreta. Uma das características essenciais da circular é que ela não se destina a um único destinatário, mas sim a um conjunto de destinatários simultaneamente, com o objetivo de disseminar informações uniformes.

**Análise da afirmativa III:**

*“O ofício deve sempre seguir um padrão formal, sendo iniciado pelo vocativo e finalizado com a assinatura do remetente.”*

Correção da afirmativa: A afirmativa é correta. O ofício segue um padrão rígido de formalidade, incluindo vocativo, corpo do texto, despedida e assinatura do remetente. Essa estrutura está claramente especificada no Manual de Redação da Presidência da República.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	13

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O(A) candidato(a) não coloca informações que condizem com a questão assinalada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	11

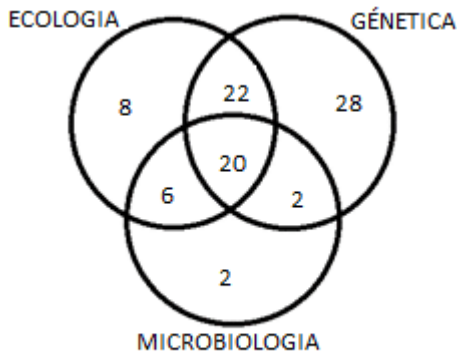
**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere as seguintes informações fornecidas pelo enunciado:

- 88 biólogos fizeram pelo menos uma das especializações em ecologia, microbiologia e genética.
- 56 biólogos fizeram a especialização em ecologia;
- 8 biólogos fizeram apenas a especialização em ecologia;

- 2 biólogos fizeram apenas a especialização em microbiologia;
- 42 biólogos fizeram as especializações de ecologia e genética;
- 22 biólogos fizeram as especializações de genética e microbiologia;
- 26 biólogos fizeram as especializações de ecologia e microbiologia.

Com essas informações, é possível montar o seguinte diagrama de Venn:



Dessa forma:

- 30 biólogos fizeram somente a especialização em genética = Errado, pois são 28.
- 32 biólogos fizeram a especialização em microbiologia = Errado, pois são  $2+2+20+6 = 30$ .
- Nenhum biólogo fez apenas as especializações em microbiologia e genética = Errado, pois são 2.
- 20 biólogos fizeram as especializações em ecologia, genética e microbiologia = Correto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Denote por  $x$  o número de funcionários originalmente.

Com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte equação:

$$\frac{1200}{x} + 50 = \frac{1200}{x - 4} \rightarrow 50x^2 - 200x - 4800,$$

Cujas raízes são 12 e -8. Portanto, há 12 voluntários inicialmente que participariam da compra dos alimentos. Com 4 desistências, esse número passa para  $12-4=8$  funcionários.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Partindo da pior hipótese, com 37 cientistas capacitados, é possível escolher exatamente os 20 cientistas restantes não capacitados para o experimento. Assim, com 38 cientistas capacitados, é possível ter a garantia de que tenhamos pelo menos um cientista capacitado em cada experimento.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
20	19

**Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 06/03/2025)**

Após uma análise mais criteriosa dos elementos apresentados, verificou-se que a opção inicialmente apontada como correta, que indicava a vedação ao Município para manter publicidade de atos e campanhas contendo nomes ou imagens que promovam pessoalmente autoridades, está, de fato, de acordo com o enunciado quando este é considerado em sua totalidade. A proposta relatada envolvia a crítica de um vereador referente ao uso do nome e imagem pessoal, o que está em desacordo com as diretrizes mencionadas no texto.

A confusão surgiu ao considerar a situação hipotética proposta no cenário da questão, que teria outra interpretação se separada do contexto inicial. Ressalte-se que, em uma análise que desconsiderasse a aplicação do caso hipotético no contexto, a possibilidade de utilização de recursos públicos para campanhas publicitárias que apenas informem ações da administração sem promoção pessoal poderia ser vista diferentemente.

Com isso, a resposta oficial foi novamente avaliada e reconhecida como correta em consistência com o enunciado. Dessa forma, recomenda-se a anulação da questão devido à possibilidade de interpretações divergentes com base no equívoco verificado em análises posteriores, garantindo a equidade e justiça para todos os participantes.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca indefere o recurso interposto pois a implementação de projetos pedagógicos que integrem diversas perspectivas culturais seja uma prática valiosa, se faz necessário estratégias pedagógicas diversificadas que atendam às diferenças culturais de forma contínua e não apenas por meio de projetos específicos. O foco deve ser na adaptação contínua das práticas de ensino para garantir que o conteúdo seja acessível a todos os alunos de forma geral. Ademais, alternativa menciona "*um foco específico*", o que pode sugerir uma abordagem pontual e limitada. Trabalhar com diversidade cultural exige uma abordagem contínua e transversal em todas as práticas pedagógicas, e não apenas ações isoladas.

Fonte:

- <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/33/diversidade-cultural-na-escola>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
27	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca indefere o recurso interposto, pois reflete os princípios da abordagem humanista na avaliação educacional, que a considera como um processo contínuo, dialógico e centrado no aluno, visando seu desenvolvimento integral. Na perspectiva humanista, a avaliação não se limita a uma ferramenta classificatória, mas se configura como um instrumento de autoconhecimento, permitindo ao estudante compreender suas próprias capacidades, limites e potencialidades.

A ideia de "critérios autoimpostos" está alinhada com a autonomia do aluno no processo avaliativo, promovendo sua participação ativa na definição dos objetivos de aprendizagem, o que contribui para o fortalecimento da responsabilidade e do engajamento pessoal. Além disso, a "análise colaborativa entre professor e aluno" evidencia a

importância do diálogo e da construção conjunta do conhecimento, elementos essenciais para a abordagem humanista, que prioriza a relação interpessoal, a empatia e o respeito às singularidades de cada indivíduo.

Outro aspecto importante também é o foco na “evolução pessoal”, que substitui a lógica de comparação com métricas padronizadas por um acompanhamento contínuo e individualizado, no qual o progresso do estudante é analisado em relação a si mesmo e não aos outros. Esse aspecto está em conformidade com os princípios humanistas de valorização da subjetividade e do crescimento individual, respeitando o ritmo e as características únicas de cada aluno. Embora a abordagem humanista valorize a reflexão do aluno, a proposição de que o professor define parcialmente os critérios pode sugerir uma abordagem mais tradicional e diretiva, o que contraria a ideia de uma avaliação centrada no aluno, em que ele participa ativamente da construção dos critérios e objetivos, promovendo maior autonomia e envolvimento no processo.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
29	24

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca indefere o recurso interposto, pois o recurso não refere-se a questão da prova aplicada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Importante ressaltar que não existe trabalho pedagógico sem planejamento e organização. A educação infantil não possui organização disciplinar e não há conteúdos curriculares prescritos no mesmo formato do ensino fundamental, além do trabalho interdisciplinar não ser caracterizado como trabalho isolado em disciplinas. As crianças têm plena condição de, não apenas aprender, mas de participar de sua elaboração e registrar de formas diversificadas. Portanto, apenas a alternativa que traz o professor como o mediador do processo de ensino e aprendizagem, considerando a formação integral da criança respeitando-a como sujeito de direitos consiste na alternativa correta.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está adequada, pois a avaliação na Educação Infantil é um processo múltiplo e deve ser realizada a partir de diversas estratégias, planejadas pelos professores com registros deles e também das crianças por meio de atividades organizadas para este fim.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	39

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na prova, o texto está errado e pede a alternativa **CORRETA**. A questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão sobre a BNCC está totalmente adequada e contempla todas as alternativas corretas. A educação escolar refere-se ao saber escolarizado, pois sabemos que educação pode ser desenvolvida em vários locais, como por exemplo, na comunidade como educação popular. Dessa forma referimo-nos à educação escolar pontualmente a fim de situar a qual tipo estamos falando. A BNCC é um documento obrigatório e quando se apresenta como caráter complementar, principalmente na Educação Infantil, refere-se ao contexto familiar, especialmente para as crianças menores. De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 205, a educação é obrigação do Estado e da família. Na página 36, a BNCC traz o seguinte texto:

[...] têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BNCC, p. 36).

**Cargo: Professor de Educação Infantil e Fundamental (6º ao 9º ano) - Professor II**

Tipo 1 - BRANCA
1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O título de um texto funciona como uma espécie de “slogan” ou resumo, isto é, algo que faça com que o leitor “compre” suas ideias. O título é uma síntese precisa do texto, cuja função é estratégica na sua articulação: ele nomeia o texto após sua produção, sugere o sentido do mesmo, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão à que o leitor deverá chegar. Um título adequado pode direcionar a compreensão do texto, ajudando o leitor a criar expectativas de leitura. O título é um fator estratégico da articulação do texto, pois, quando lido em primeiro plano, orienta a interpretação. Ele “não é mero recurso artificial, mas é chave de decodificação do texto se convenientemente proposto”. Às vezes, a ancoragem do texto no título processa-se por uma ligação exofórica, remetendo o leitor a um elemento exterior, não anunciado no texto, mas presente nos seus esquemas. Todavia, o caso mais frequente é o título funcionando como anúncio de uma informação a figurar no texto, estabelecendo uma ligação catafórica com aquilo que se segue, induzindo o leitor a uma dada leitura do texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o tema discutido pela autora diz respeito aos impactos, consequências ou efeitos da ausência de regulamentação da internet. Inclusive, “Os impactos da falta de regulamentação da internet” (<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla/eu-acusos-impactos-da-falta-de-regulamentacao-da-internet>) é o título original do texto, que foi propositalmente omitido para a elaboração da questão. Portanto, o gabarito é a letra D.

**Fontes:**

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca indefere o recurso interposto, pois de Fante (2005), o comportamento agressivo ou violento nas escolas é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores, como interações sociais, familiares e socioeducacionais. Portanto, a abordagem mais adequada para lidar com o bullying deve ser integrada e envolver todos os agentes da comunidade escolar, incluindo professores, alunos e famílias. A alternativa A contempla uma estratégia multifacetada e integrada, considerando as diferentes dimensões que influenciam o problema, o que está alinhado com a visão apresentada no texto.

A alternativa B está incorreta porque propõe uma abordagem pontual e limitada, focada apenas em palestras e atividades educativas para os alunos, sem considerar a complexidade dos fatores que contribuem para o bullying, conforme apontado por Fante (2005). O texto enfatiza que o comportamento agressivo nas escolas resulta de múltiplos fatores, externos e internos, como as interações sociais, familiares e socioeducacionais. Apenas realizar ações educativas isoladas, sem envolver outros agentes da comunidade escolar, como famílias e equipe pedagógica, não aborda de maneira eficaz as causas subjacentes do bullying. Embora a conscientização e a educação sejam importantes, a alternativa B não contempla uma abordagem sistêmica que atue de forma integrada nas esferas familiar, social e escolar, o que é essencial para promover mudanças duradouras e eficazes no ambiente escolar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Após análise detalhada da questão e do argumento apresentado, o recurso é considerado improcedente pelos seguintes motivos:

Análise da afirmação da letra A: A afirmativa sobre o ballet clássico está correta, uma vez que, tradicionalmente, o ballet clássico é acompanhado por música clássica, mas o uso do termo "muitas vezes" está perfeitamente adequado. A expressão "muitas vezes" reflete que, embora o ballet clássico seja predominantemente associado à música clássica, em contextos modernos ou performances contemporâneas, podem ser feitas adaptações musicais, incluindo outros estilos musicais, como música moderna ou eletrônica, em produções mais experimentais. Portanto, a frase "muitas vezes acompanhado de músicas clássicas" não torna a afirmativa incorreta.

Compreensão da questão: A questão pede para assinalar a afirmativa incorreta. Nesse contexto, a alternativa C é, de fato, a única que apresenta um erro factual. O samba de gafieira, embora seja uma dança tradicional brasileira, é conhecido por sua flexibilidade e improvisação, especialmente no que diz respeito à interação entre os dançarinos. As coreografias podem ter uma estrutura, mas a improvisação é uma característica intrínseca da dança, o que torna a afirmativa incorreta ao afirmar que não há improvisações.

Clareza na formulação: A questão está bem formulada e objetiva. O fato de a afirmativa A mencionar "muitas vezes" não a torna incorreta de forma a invalidar a questão, especialmente considerando as nuances do ballet clássico e suas variações em diferentes contextos de performance.

Sobre a relação com o estilo musical: A premissa de que o ballet clássico é sempre ou "sempre" acompanhado de música clássica não é uma regra rígida e universal, pois existem produções e apresentações contemporâneas que podem incluir diferentes estilos musicais. Portanto, a utilização do termo "muitas vezes" é uma forma de refletir essa flexibilidade.

Em conclusão, a alternativa C está corretamente marcada como incorreta, pois o samba de gafeira permite improvisações, e a questão, ao pedir a afirmativa incorreta, tem uma única resposta correta. O recurso é improcedente, e a resposta correta da questão continua sendo a alternativa C.

Fonte:

- BOURBON, Marcia L. (2014). Ballet: Técnica e Estilo. São Paulo: Ed. Globo.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

39
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Após análise detalhada da questão e do argumento apresentado, o recurso é considerado **improcedente** pelos seguintes motivos:

- **Compreensão da questão:** A afirmativa sobre o quadríceps femoral na questão está correta ao afirmar que ele atua predominantemente na **extensão do joelho**. O quadríceps é composto por quatro músculos — reto femoral, vasto lateral, vasto medial e vasto intermédio. Todos esses músculos, em conjunto, desempenham a função principal de **extensão do joelho**, embora o reto femoral também atue como flexor do quadril, devido à sua origem na pelve, tornando-se um músculo biarticular. Mesmo com essa função adicional, o quadríceps como um todo é o principal responsável pela extensão do joelho.
- **Especificidade do termo "quadríceps femoral":** A questão utiliza a expressão "quadríceps femoral" de maneira genérica, referindo-se ao conjunto de músculos, o que é apropriado no contexto da questão. Mesmo que o reto femoral tenha um papel adicional na flexão do quadril, ele ainda faz parte do quadríceps, que no total é o principal responsável pela extensão do joelho.
- **Fundamentação anatômica:** O recurso apresentado faz uma interpretação que foca excessivamente no papel do reto femoral isoladamente, sem considerar que a questão aborda o **grupamento muscular** como um todo. O quadríceps, enquanto conjunto, é fundamentalmente responsável pela extensão do joelho. O fato de o reto femoral ser um músculo biarticular não invalida a função extensora do quadríceps no joelho.
- **Clareza da formulação:** A formulação da questão está clara e adequada ao contexto. O enunciado não exige uma especificação detalhada sobre os músculos individuais do quadríceps, pois o foco é na função muscular de maneira geral, o que é uma abordagem válida e correta para a questão de conhecimentos de educação física.

Portanto, a questão está corretamente formulada, o pedido de recurso é improcedente, mantendo-se a resposta correta como sendo a letra C (V, V, F, V).

Cargo: Psicólogo

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

3
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para confirmar ou não a veracidade das informações contidas nas alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois tanto rádios e TVs quanto internet veiculam informações que nem sempre correspondem à verdade dos fatos. Em relação às rádios e TVs, a autora afirma no 2º parágrafo: sabemos que a linha

editorial desses instrumentos de comunicação nem sempre mostra a verdade”. Em relação à internet, ela afirma no 3º parágrafo que “(pessoas) Produzem, postam e compartilham multiplicando falsas notícias...”

A alternativa B está incorreta, visto que somente rádios e TVs estão submetidos a normas (“No caso das TVs e rádios, como concessões públicas de prazo determinado, estão submetidas a regras”); já jornais estão submetidos a um código de ética (“O jornalismo, que submetido a um Código de Ética”).

A alternativa C está incorreta, já que o texto não afirma que as pessoas optaram por se informar pela internet, em lugar das TVs. O texto apenas afirma que as pessoas, além de se informarem pelas TVs, também passaram a usar a internet para o mesmo fim: “Hoje, as pessoas continuam se informando pela TV, mas também se informam em grupos de WhatsApp e em redes sociais. (4º§).

A alternativa D está correta, uma vez que os conteúdos compartilhados na internet alcançam pessoas no mundo todo. Essa informação pode ser confirmada pela seguinte passagem do 4º parágrafo: “Ao compartilharem os conteúdos que têm acesso fazem uma notícia, verdadeira ou não, alcançar milhões de outros usuários em pontos bem distantes do planeta”. Dessa forma, conclui-se que não há limites para o alcance da internet, pois ela chega até as pessoas nos lugares mais longínquos do planeta, ou seja, em qualquer lugar do mundo ou no mundo todo. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para escrever um texto argumentativo, é preciso, antes de tudo, ter uma tese muito clara para defender diante de uma questão polêmica. Afinal, toda a organização do texto, assim como sua consistência, estarão subordinadas à defesa da tese.

Portanto, para escrever um bom texto argumentativo, é necessário utilizar argumentos consistentes e bem fundamentados, pois são mais fortes e convincentes. O autor tem de informar ao leitor quais as razões que o levaram a tomar determinada posição, evitando motivos superficiais ou sem qualquer fundamento.

O articulista precisa, então, definir seus argumentos de acordo com o tema discutido e também de acordo com o público-alvo para quem escreve: um artigo para um jornal de economia, por exemplo, deverá apoiar-se em conceitos e valores da área, assim como em dados estatísticos, entre outros; para defender uma lei que esteja sendo criada, um articulista deve citar exemplos de situações em que a sua aplicação trouxe melhorias; num debate sobre novos costumes, terá de evocar valores, lembrar dados históricos, fazer análises comparativas; e assim por diante. Quanto mais o articulista dominar o tema sobre o qual está escrevendo e conhecer o perfil e as expectativas do auditório a quem se dirige, maiores serão as chances de ele elaborar uma estratégia argumentativa eficaz. Parte dessa estratégia consiste em perceber com precisão que tipo(s) de argumento pode(m) funcionar melhor no contexto do debate. Com base na relação lógica estabelecida entre os dados, as justificativas e a conclusão ou tese, tem-se um tipo de argumento.

No texto lido, há vários tipos de argumento. Em relação ao fato ocorrido com o jornalista Pedro Bial, que teve sua imagem utilizada sem autorização, temos um exemplo, uma espécie de “ilustração” que tem por objetivo comprovar para o leitor que o jornalista foi vítima de um crime cometido contra na internet. Nesse caso, trata-se de um argumento

por exemplificação, que pode se apresentar na forma de narrativas cotidianas para evidenciar um problema e, assim, ajudar na fundamentação do ponto de vista. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>13</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No pior dos casos, pode-se escolher os marcadores de forma que nenhum par de números consecutivos seja selecionado. Isso significa que poderiam ser escolhidos, no máximo, todos os números ímpares ou todos os números pares. Como há 65 marcadores (numerados de 1 a 65), 33 são ímpares e 32 são pares. Assim, é possível escolher exatamente os 33 números ímpares e nenhum par de números consecutivos será selecionado. Portanto, a partir de 34 marcadores, é garantido que pelo menos dois deles serão consecutivos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão trata sobre crime de responsabilidade praticado pelo Prefeito Municipal, questionando de quem seria a competência para seu julgamento de acordo com a Lei Orgânica do Município de Carangola.

Crime de responsabilidade configuram infrações político-administrativas praticadas por pessoas que ocupam determinados cargos públicos.

A Lei Orgânica do Município de Carangola, em seu artigo 75, dispõe que são crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, os previstos em lei federal, e seu parágrafo único dispõe que o Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Assim, dispõe claramente que em caso de crime de responsabilidade o Prefeito do Município de Carangola deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, não trazendo qualquer tipo de ambiguidade que possa causar dúvida quanto aos seus termos, pelo contrário, o artigo é extremamente claro e conciso ao dispor sobre o assunto, não abrindo margem para qualquer outra interpretação.

Dessa forma, a alternativa apresentada como correta pela banca examinadora, ora, Tribunal de Justiça do Estado, reproduz exatamente os termos previsto na lei.

Mantendo como única alternativa correta, o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- CARANGOLA. Lei Orgânica do Município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/lei-organica>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>19</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão trata sobre as atribuições privativas da Câmara dos Vereadores previstas na Lei Orgânica do Município de Carangola/MG, para sua resolução se faz necessário o conhecimento do artigo 37 da referida lei, que dispõe um rol exemplificativo das atribuições que são de competência privativa da Câmara dos Vereadores.

Realizando uma análise das afirmativas proposta no enunciado da questão com o rol das atribuições previstas no artigo 37 da lei, podemos constatar que apenas as afirmativas “I - Conceder licença ao Prefeito” e “IV - Julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da lei” estão corretas.

As afirmativas reproduzem exatamente os termos previsto no artigo 37, da referida lei, mais precisamente nos incisos V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores e inciso VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta (60) dias do seu recebimento respectivamente.

O fato da afirmativa “I - Conceder licença ao Prefeito”, previsto no enunciado, não apresentar o rol completo de agentes previsto na lei, não o torna incorreto, já que momento algum, a afirmativa restringiu a concessão de licença apenas a figura do prefeito utilizando como exemplo os termo somente ou exclusivamente, dentre outros, apenas o utilizou como exemplo dentre os agentes previstos na lei.

Por sua vez, as afirmativas “II – Representar o Município em juízo e fora dele” e “III – Decretar situação de emergência ou de estado de calamidade pública”, tratam de atribuições do Prefeito Municipal, prevista no artigo 71, inciso II e XXXVI, respectivamente da referida lei, restando claramente incorretas as afirmativas.

Mantendo como única alternativa correta, o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- CARANGOLA. Lei Orgânica do Município de Carangola/MG. Disponível em: <https://camaracarangola.mg.gov.br/legislacao-categorias/lei-organica>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme as Diretrizes para a organização dos serviços de atenção à saúde em situação de aumento de casos ou de epidemia por arboviroses, do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, de 2022, lê-se: “Caso as Unidades de Atendimento de Campanha não tenham equipe profissional disponível nas 24 horas do dia deverão garantir a referência para os usuários, em caso de funcionamento apenas diurno.” Dessa forma, tal documento prevê a não funcionalidade contínua da unidade e a alternativa B encontra-se incorreta.

Também conforme o mesmo documento, é apontado Ipsi Litteris: “Garantir a liberação do resultado do hemograma no mesmo dia (em até 4 horas). (...) O paciente deve permanecer na unidade de saúde em acompanhamento e observação, com prescrição de hidratação, até o resultado do exame ficar pronto.” Dessa forma, alternativa D encontra-se correta. Dessa forma, recurso improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-5edicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Canguilhem (2009) destaca que a normalidade não é uma condição fixa, mas uma capacidade do organismo de estabelecer novas normas em resposta às mudanças ambientais. Além disso, a saúde representa a flexibilidade normativa, enquanto a doença indica uma restrição nessa capacidade adaptativa. Aprofundando essa ideia, Dalgallarrondo (2019), afirma que normalidade pode ser entendida como um estado de equilíbrio e adaptação funcional do indivíduo ao seu ambiente, indicando que o indivíduo consegue lidar com as demandas do ambiente de maneira eficaz. Isso porque a normalidade é um conceito relativo e multidimensional, que depende de diversos fatores, como o contexto social, cultural, histórico e até biológico. Por essa razão, são necessários diferentes critérios para se compreender a normalidade, entre eles:

- **Critério Estatístico** :Define normalidade como aquilo que está dentro de um padrão médio, estatisticamente frequente, enquanto o que é raro ou fora da média seria considerado patológico.
- **Critério Normativo ou Sociocultural** :Normalidade é estabelecida pelas normas sociais e culturais. O que é considerado "normal" varia de sociedade para sociedade e de época para época.
- **Critério Subjetivo** :Normalidade é aquilo que é percebido pelo próprio indivíduo como adequado ou confortável, ou seja, a ausência de sofrimento ou desconforto psíquico significativo.
- **Critério Funcional** :A normalidade é vista como a capacidade do indivíduo de funcionar de forma eficaz em sua vida cotidiana, mantendo bom desempenho em suas atividades e relações sociais.
- **Critério Biológico ou Médico** :Define normalidade como o funcionamento adequado do organismo, com ausência de alterações anatômicas ou fisiológicas significativas.

Logo, alternativa que responde à questão é Letra C (A normalidade pode ser entendida como um estado de equilíbrio e adaptação funcional do indivíduo ao seu ambiente).

Fontes:

- Canguilhem, Georges. (2009). *O Normal e o Patológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dalgallarrondo, Paulo. *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

## Cargo: Dentista da ESF

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

### Recurso Procedente. Questão Anulada.

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

#### Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-Sedicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)

## Cargo: Enfermeiro

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

### Recurso Procedente. Questão Anulada.

A letra D é a mais correta porque inclui doenças que, em algum momento, foram classificadas como pandemias:

- **AIDS:** Pandemia reconhecida desde os anos 1980.
- **Covid-19:** Declarada pandemia pela OMS em 2020.
- **Gripe espanhola:** Pandemia histórica de 1918-1919.
- **Tuberculose:** Embora seja considerada uma endemia global, sua ampla distribuição e impacto mundial justificam sua inclusão como um problema de saúde global significativo.

A questão possui uma imprecisão técnica em relação à tuberculose, portanto não há uma alternativa que contemple ao que se pede no enunciado.

#### Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/guia-vigilancia/2022/GV5-Sedicao-04-05-2022.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde (BR). Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso [Internet]. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [citado 2025 Jan 17]. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)

Tipo 1 - BRANCA

8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Da leitura e interpretação do texto, infere-se que, o fato de o personagem/narrador ter se arrependido de seu ato de furtar uma flor enquanto o porteiro do edifício cochilava não representa o objetivo principal da crônica, considerando a intencionalidade da questão proposta. As alternativas A, B e D são classificadas como distratores da questão, pois apresentam ideias que não se correlacionam integralmente com o objetivo interpretativo a fim de gerar a dúvida e, por conseqüência lógica, aumentar a dificuldade entre as alternativas dispostas, de modo que não seja possível a resolução da questão por mera exclusão de alternativas nitidamente incorretas.

Nesse sentido, a alternativa C apresenta a interpretação correta acerca da crônica, que parte de uma ação simples, um episódio do cotidiano que acaba suscitando reflexões e sentimentos profundos. Num gesto espontâneo, o homem colhe uma flor do jardim. Nos dias seguintes, ele acompanha o seu processo de decomposição, sendo levado a refletir sobre a passagem do tempo, a fragilidade e efemeridade da vida. Portanto, alternativa C – “ *Através da crônica, o autor convida o leitor a refletir sobre a passagem do tempo, a fragilidade e a efemeridade da vida .*”

Fonte:

- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.
- PLATÃO & FIORIN, Para entender o texto. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

Tipo 1 - BRANCA

17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

José = J

Antônio = A

$J = 2,5 \cdot A$

$J + A = 164.500$

$J + A = 164.500$

$2,5 \cdot A + A = 164.500$

$3,5 \cdot A = 164.500$

$A = 164.500/3,5$

$A = R\$47.000,00$

$J = 2,5 \cdot A$

$J = 2,5 \cdot 47.000$

$J = R\$117.500,00$

Fonte:

- LAY, David C. "Álgebra Linear e Suas Aplicações". Editora Pearson. 2019.
- FERNANDES, Paulo M. "Sistemas de Equações Lineares: Teoria e Aplicações". Editora Contexto. 2017.
- SOUZA, Nair M. "Matemática: Fundamentos e Aplicações em Sistemas de Equações". Editora Ática. 2019

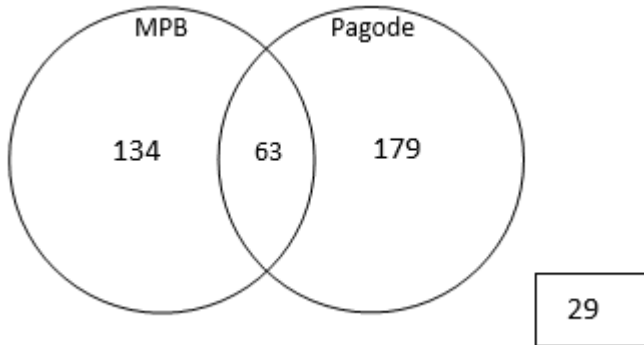
Tipo 1 - BRANCA
-----------------

18
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é IMPROCEDENTE, visto que a resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

Vamos analisar os dados informados na pesquisa.



Gostam somente de MPB

$$197 - 63 = 134$$

Gostam somente de Pagode

$$242 - 63 = 179$$

Agora, vamos descobrir o total, realizando a soma:

Gostam somente de MPB + Gostam somente de Pagode + Gostam de ambos + Não gostam de nenhum = Total

$$\text{Total} = 134 + 179 + 63 + 29$$

$$\text{Total} = 405$$

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- WINTERLE, Paulo. "Conjuntos Numéricos e Funções". Editora Contexto. 2012.

**Cargo: Técnico em Enfermagem**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

15
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiro, vamos descobrir quanto ficou faltando colher da máquina B

$$B = 153 - 27 = 126 \text{ toneladas}$$

Agora, vamos somar o total que as duas máquinas restantes terão que colher para atingir a quantidade.

Quantidade = A + C + restante de B

$$\text{Quantidade} = 97 + 204 + 126$$

$$\text{Quantidade} = 427 \text{ toneladas}$$

427 toneladas é o que as duas máquinas terão que colher juntas, como cada uma vai colher a mesma quantidade, vamos dividir o valor por 2

$$Q = 427/2$$

$$Q = 213,5 \text{ toneladas cada máquina.}$$

Por último, vamos achar quanto cada máquina terá que colher a mais de sua demanda inicial.

$$D_A = Q - D_I$$

$$D_A = 213,5 - 97$$

$$D_A = 116,5 \text{ toneladas}$$

$$D_C = Q - D_I$$

$$D_C = 213,5 - 204$$

$$D_C = 9,5 \text{ toneladas}$$

### Letra D

Fontes:

- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Heitor. *Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 5: Matrizes e Determinantes*. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. *Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3*. Editora Ática, 2005.
- ANTON, Howard; RORRES, Chris. *Álgebra Linear com Aplicações*. Editora Bookman, 2013.
- LAY, David C. *Álgebra Linear e Suas Aplicações*. Editora Bookman, 2014.
- STRANG, Gilbert. *Introduction to Linear Algebra*. Editora Wellesley-Cambridge Press, 2016.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

24
----

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito preliminar** da questão, que indica a **alternativa “B”, está correto**. Logo, reitera-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;

ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;

iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;

iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão de prova possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas, restando evidente frente à temática abordada na questão que a alternativa “B” se refere à resposta correta: “improbidade administrativa por ter causado prejuízo ao erário”.

**II** - A questão aborda o assunto “atos de improbidade administrativa”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações).

**III - A alternativa correta é a “B”,** pois sua afirmação é a perfeita inteligência do artigo 10, inciso VI da Lei nº 8.429/1992, sendo errôneo qualquer interpretação a divagar sobre o tema para além do que a lei afirma categoricamente, *ex vi*:

“CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

(...)

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam **Prejuízo ao Erário**

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

VI - **realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares** ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; (...)

**IV** – Por óbvio, as demais alternativas não se ajustam ao comando da questão que exige precisão com os dispositivos legais da norma jurídica em comento (Lei de Improbidade Administrativa).

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa B** atende à questão, logo, estando preciso o gabarito preliminar que indica esta alternativa como correta, o qual deve ser mantido.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos.**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”.**

Fonte:

- Lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Cabe lembrar que a questão proposta faz referência ao artigo 15 da lei.

A questão D está presente no artigo 16 da Seção II (competência).

“Art. 16. À direção nacional do SUS compete: (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)”.

IV - Participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Segundo Potter e Perry (2004) O valor pressórico 130/80 mmHg é considerado dentro dos parâmetros normais, logo essa alternativa é falsa. Portanto não há alternativa correta a ser assinalada, restando anulada a questão.

Fonte:

- POTTER, PA; PERRY, AG. Fundamentos de Enfermagem. 5ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Nota-se a presença de “1” um zero a mais na dosagem da penicilina, que impossibilita o cálculo da dosagem a ser administrada, pois a dosagem correta é 5.000.000 e não 5.000.0000 como descrito na questão.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Calendário Nacional da Gestante e a FEBRASGO orientam que:

- Hepatite B (HB - recombinante): Iniciar ou completar 3 doses, de acordo com histórico vacinal.
- Difteria e Tétano (dT): Iniciar ou completar 3 doses, de acordo com histórico vacinal.
- Difteria, Tétano, Pertussis (dTpa - acelular): 1 dose a cada gestação, a partir da 20ª semana.

Fonte:

- Peixoto, Sérgio. **Manual de assistência pré-natal**. 2a. ed. -- São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2014.

**III  
DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

17 de fevereiro de 2025  
**INSTITUTO CONSULPLAN**